



**Ana Carolina Dias Vieira**

**Ambiente violento, infância perdida?**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Silvia Abu-Jamra Zornig

Rio de Janeiro, março de 2011



**Ana Carolina Dias Vieira**

**Ambiente violento, infância perdida?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Aprovada pela comissão examinadora abaixo assinada

**Prof.<sup>a</sup> Silvia Abu-Jamra Zornig**

Orientadora

Departamento de Psicologia- PUC-Rio

**Prof. Carlos Augusto Peixoto Junior**

Departamento de Psicologia- PUC-Rio

**Prof. Carlos Alberto Plastino**

Instituto de Medicina Social – IMS – UERJ

**Prof.<sup>a</sup> Denise Berruezo Portinari**

Coordenador Setorial de Pós-Graduação  
e Pesquisa do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2011

Todos os direitos autorais reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Ana Carolina Dias Vieira**

Graduou-se em Psicologia pela PUC-Rio em 2008, cursou o mestrado em Psicologia Clínica pela PUC-Rio e atua como pesquisadora junto a professora Silvia Zornig na pesquisa intitulada de Construção da parentalidade: estudo intercultural acerca das expectativas de homens e mulheres sobre o processo. Psicanalista em formação pelo Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, coordenadora e psicóloga da ONG Casa da Árvore, terapeuta do Instituto Cultural Freud e articuladora e colaboradora do Projeto Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis no Rio de Janeiro.

#### Ficha Catalográfica

Vieira, Ana Carolina Dias

Ambiente violento, infância perdida? / Ana Carolina Dias Vieira; orientadora: Prof<sup>ª</sup> Silvia Abu-Jamra Zornig. – 2011.

100 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2011.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Infância. 3. Trauma. 4. Sustentação. 5. Amadurecimento precoce. 6. Psicanálise. I. Zornig, Silvia Abu-Jamra. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Para as crianças da Casa da Árvore,  
por despertarem sempre meu desejo pela investigação.

## Agradecimentos

À minha orientadora, Silvia Zornig, pela escuta atenta e respeitosa, por haver fornecido um continente às minhas idéias e angústias e ainda por proporcionar um ambiente onde a criatividade era sempre bem-vinda.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

À PUC – Rio e, principalmente, às secretárias Marcelina e Vera pelos frequentes auxílios que tornaram meu caminho mais leve.

Aos meus pais e irmãos, pela compreensão da ausência constante durante o período desta pesquisa e pelo acolhimento de 26 anos que me possibilitou seguir sempre em direção à vida.

Ao Pedro, àquele que disse sim quando eu começava a dizer não para tudo, por ter decidido caminhar ao meu lado nesta etapa e em muitas outras que virão, agradeço pela presença, carinho e amor demonstrado nas horas de angústia.

Às crianças da Casa da Árvore, por me emprestarem suas histórias, brincadeiras e criatividade para a construção deste trabalho.

Aos profissionais da Casa da Árvore, pelas constantes discussões e construções.

À Lulli Milman e Fernanda Baines, pela confiança demonstrada no meu trabalho, pela ajuda que sempre forneceram neste exercício de ser um “psicanalista cidadão” e por proporcionarem um ambiente que é muito mais do que profissional.

À João de Moraes e Livia Cavalcanti, por “brincar e dançar” junto comigo na elaboração das idéias desta pesquisa, pelo acolhimento dado aos meus questionamentos e pela disponibilidade no exercício de repensar e reinventar nosso trabalho sempre.

À Beatriz de Souza Lima, pela ajuda teórica constante, por ter estado sempre pronta a me auxiliar no embasamento de meus pensamentos e pelo acolhimento mais do que profissional.

Aos meus colegas de mestrado por dividirem as angústias vividas. Dentre eles, agradeço, principalmente, à Tami Gabeira, Solange e Felipe Bó pela presença constante na construção deste estudo ao longo de dois anos.

À Carlos Augusto Peixoto, Carlos Plastino e Jô Gondar, por me apresentarem Sandór Ferenczi, autor que foi fundamental para dar o contorno necessário à minha prática.

À Eduardo Valladares, amigo e revisor, pelo olhar cuidadoso e sensível na leitura e correção deste estudo.

À Joana Allis, pela disponibilidade imediata que deu o toque estrangeiro à minha pesquisa.

## Resumo

Vieira Dias, Ana Carolina; Abu-Jamra Zornig, Silvia (orientadora). **Ambiente violento, infância perdida?**. Rio de Janeiro, 2011. 100 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O potencial criativo e de simbolização de crianças de duas favelas do Rio de Janeiro, Turano e Chapéu Mangueira, foi o ponto de partida para a presente pesquisa que se propõe a investigar a estruturação e as estratégias de subjetivação apresentadas neste contexto sócio-cultural, muitas vezes hostil e violento. Utilizamos casos e experiências vividas na ONG Casa da Árvore para desenvolver este estudo e retratar a realidade revelada nas falas e brincadeiras das crianças. O objetivo desta dissertação é investigar como se constitui um sujeito que vive constantemente em uma realidade onde o medo, o terror e o desamparo se apresentam de forma tão intensa e o potencial traumático precisa ser considerado. Trabalhamos com a hipótese de que neste ambiente traumático a comunidade e os laços afetivos existentes amenizam o potencial desestruturante. Com a sua hospitalidade e empatia, a comunidade forneceria o acolhimento necessário para propiciar um desenvolvimento saudável. No entanto, acreditamos também que o excesso de desamparo do ambiente pode acarretar um amadurecimento precoce da criança como uma tentativa de cura, de sabiamente cuidar de si.

## Palavras-chaves

Infância; Trauma; Sustentação; Amadurecimento Precoce; Psicanálise.

## Abstract

Vieira Dias, Ana Carolina; Abu-Jamra Zornig, Silvia (Advisor). **Violent environment, lost childhood?**. Rio de Janeiro, 2011. 100 p. Master Thesis – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The creative and symbolization potential of children from two slums, *Turano* and *Chapéu Mangueira* in Rio de Janeiro was the jumping-off point for this research that proposes an investigation of the structure and subjectification strategies presented in this often violent and hostile socio-cultural context. We used cases and experiences lived out at the NGO *Casa da Árvore* in order to develop this study and to create a portrait of the reality revealed within the slums and in the children's play. The goal of this dissertation is to investigate how a subject that lives constantly in a reality where fear, terror and helplessness are constantly present in an intense and potentially traumatic way needs to be considered. We work with the hypothesis that in this traumatic environment, the existing community and affective ties alleviate the deconstructive potential. With its hospitality and empathy, the community provides the necessary refuge to propitiate a healthy development. We believe, however, that the excess of destitution of the environment can result in the early maturity of the child in an attempt to cure, to wisely care for themselves.

## Keywords

Childhood; Trauma; Support; Early Maturity; Psychoanalysis.



# SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Trauma e suas consequências	14
2.1. O trauma e seus efeitos estruturantes	19
2.2. O trauma e seus efeitos desestruturantes	27
3. A comunidade e a infância, um encontro produtor de sentido	35
3.1. A sustentação enquanto função anti-traumática	38
3.2. A comunidade que cuida	47
3.3. O desamparo potencializando o laço social	56
4. A maturidade precoce e a sabedoria como possibilidade de existência	62
5. Considerações finais	86
6. Referências bibliográficas	97

# 1.

## Introdução

A partir de uma vivência de quatro anos na ONG Casa da Árvore, o interesse por investigar certas questões específicas sobre as crianças que frequentam o projeto foi despertado. A realidade das favelas do Rio de Janeiro é de um enorme desamparo social e de muita violência. Um ambiente dominado pelo tráfico, que presencia diariamente a guerra e os conflitos pelo poder e pontos de venda de drogas. Sabe-se que quem sofre primeiramente as consequências deste cenário são os moradores das comunidades, são eles que vivem sob o medo e o terror que é gerado.

No entanto, no dia-a-dia do projeto, notamos que, apesar do ambiente adverso, as crianças que nos procuram são criativas, brincam e possuem uma grande capacidade de elaborar e simbolizar. Ao contrário do que muito se acreditava, mesmo diante de toda a violência contida no ambiente, existe vida e saúde coexistindo com o medo e o terror.

Diante desta realidade e inserida no trabalho da Casa da Árvore há bastante tempo, surgiu fortemente o interesse em pesquisar como se constitui um sujeito dentro deste ambiente que acabamos de contextualizar. Nosso objetivo é o de investigar as condições de subjetivação da infância que vive em situações difíceis e cercadas por muita violência e instabilidade.

A Casa da Árvore é um projeto de psicanálise com crianças, realizado em algumas favelas do Rio de Janeiro. O trabalho é uma adaptação do modelo da Maison Verte fundada por Françoise Dolto na França em 1979 e teve início em 2001 com intuito de ampliar o campo de intervenção psicanalítica.

Trata-se de um espaço que acolhe pais, responsáveis e crianças de 0 a 12 anos que desejam conversar e brincar, onde as crianças fazem amigos e estão entre pessoas diferentes do seu meio familiar. É oferecido um ambiente onde se incentiva que os pais falem sobre suas crianças na presença das mesmas, dando a possibilidade delas se reconhecerem em sua própria história e de esclarecerem as situações de conflito.

Como dissemos, a Casa da Árvore é uma adaptação do modelo da Maison Verte para algumas comunidades carentes. Atualmente, o projeto se difere bastante do modelo original e um dos principais motivos é o ambiente em que está

inserido. Não atuamos apenas em um país e uma cultura diferente, atuamos mais especificamente em favelas. Neste sentido, nos deparamos com um público que possui uma história muito distinta e os profissionais vivenciam situações de outra ordem no dia-a-dia do trabalho.

Usufruindo de todo um aporte teórico construído pela psicanálise sobre a constituição do sujeito e sobre a infância sobrevivente de guerras ou vítima do holocausto, buscamos desenvolver um estudo que tem como objetivo discutir e analisar o impacto de uma situação de violência constante como a que atinge as crianças das comunidades carentes e suas famílias.

Indo mais além, acreditamos que diante do olhar existente na atualidade sobre a infância e a realidade nas favelas, uma análise mais sensível sobre as construções subjetivas e sobre essas crianças é muito importante. Uma investigação psicanalítica mais atenta sobre as possibilidades de subjetivação dentro deste ambiente talvez possa despertar novas reflexões.

É importante ressaltar que retratamos apenas a realidade e casos de crianças que freqüentam a Casa da Árvore do morro do Turano e do Chapéu Mangueira, não podemos nesta pesquisa apontar e tratar da situação da infância das favelas como um todo. Além disso, as considerações que são feitas sobre as estratégias de subjetivação observadas dizem respeito a uma maioria, mas, novamente, não é possível considerá-las como sendo apresentadas por todas as crianças que participam da ONG. Também é preciso apontar que apresentamos a comunidade e sua realidade a partir do discurso das crianças e dos casos vividos no projeto e optamos por não fazer uso de outra bibliografia além da psicanalítica.

Diante de toda a violência e do cenário de guerra que rodeia a vida dos moradores das favelas, com o objetivo de investigar a constituição psíquica neste ambiente, fez-se necessário um estudo consistente sobre o trauma e suas consequências. Neste sentido, no primeiro capítulo desta pesquisa, trabalhamos a noção de trauma e seu potencial estruturante e desestruturante. Introduzimos o capítulo com as teorizações de Freud sobre a questão do trauma e, em seguida, recorremos a Sándor Ferenczi e D. W. Winnicott para pensar sobre os fatores estruturantes e desestruturantes do mesmo.

No capítulo seguinte, analisamos a função anti-traumática que a comunidade e que as relações ali existentes possuem. Teorizamos sobre as

relações interpessoais dentro destas comunidades e como se apresentam de forma extremamente importante. Verificamos que, nas comunidades do Rio de Janeiro, mães e cuidadores precisam, muitas vezes pela própria demanda laboral, deixar suas funções precocemente, e que quando isto ocorre há uma atuação diferenciada da população que vive nas favelas. Os arranjos familiares se caracterizam de maneira muito particular, o que talvez ocorra, como apontamos, pelo próprio potencial traumatizante que estas comunidades possuem ou, até mesmo, pelos limites físicos quase inexistentes.

Desta forma, acreditamos que seria importante investigar o possível cumprimento de uma função anti-traumática por parte da comunidade e das relações entre os moradores. Atuariam como uma extensão do papel cumprido pela mãe ou pelo seu substituto? A comunidade da favela continuaria a dar o suporte que foi fornecido primariamente pela mãe, e desta forma possibilitaria a elaboração e amenizaria os efeitos do potencial traumático da situação em que vivem? Seria possível pensar nesta comunidade como uma “comunidade holding” que fornece a sustentação necessária?

No entanto, sem deixar de lado as questões colocadas anteriormente, é preciso reconhecer que o ambiente da favela é extremamente difícil para se viver. Uma característica apresentada pelas crianças, que merece atenção, é uma maturidade aparentemente precoce para suas idades. Responsabilidades e preocupações características de adultos aparecem no seu dia-a-dia e em sua realidade. Neste sentido, no terceiro capítulo, tentamos responder algumas questões que surgiram ao longo da pesquisa: Que consequências há para a infância viver diante de uma violência tão excessiva? Que perdas a exigência de um amadurecimento precoce acarretaria à infância? Será esta uma possibilidade de existência, de vida, em um ambiente dominado pelo medo e pelo risco? Foi tentando responder tais questões que desenvolvemos nosso terceiro capítulo sobre a maturidade precoce e a possibilidade de existência.

As principais questões deste estudo se relacionam às condições de subjetivação possíveis em um ambiente violento e hostil. No entanto, há a preocupação de não incorrer no erro de afirmar que a vida na favela é necessariamente traumatizante ou que as famílias que ali se encontram não conseguem prover um “ambiente suficientemente bom” (Winnicott) para a

estruturação do psiquismo da criança. Da mesma forma, não se pretende retratar uma imagem romântica ou idealizada das comunidades apresentadas.

Neste sentido, uma reflexão sobre a importância do ambiente na constituição da subjetividade, sobre as funções anti-traumáticas (Elisa Maria de Ulhôa Cintra) do objeto primário e sobre a questão do trauma neste processo se faz necessária. Recorrerei assim, além dos textos de Sigmund Freud, a autores como Sándor Ferenczi, D. W. Winnicott e Michael Balint que dão, em sua teoria, uma atenção especial ao outro na constituição subjetiva.

## 2. Trauma e suas consequências

“Num quarto onde existe uma única vela, a mão colocada perto da fonte de luminosa pode obscurecer a metade do quarto. O mesmo ocorre com a criança se, no começo de sua vida, lhe for infligido um dano, ainda que mínimo: isso pode projetar uma sombra sobre toda a sua vida.”

(Ferenczi, 1927, p. 5)

Quando se pensa em um ambiente como as favelas do Rio de Janeiro, nossa atenção se volta imediatamente ao potencial traumatizante que o mesmo possui. Violência, medo, terror, são palavras inteiramente inseridas neste contexto. Nas favelas, há a presença do tráfico de drogas, a condição financeira da população não é adequada e as ações de saúde e educação são precárias. Dentro deste cenário, há uma infância que vive, presencia e que é exposta a toda esta realidade. Diante disto e com o objetivo de investigar os efeitos deste “mundo” da favela sobre a constituição do sujeito, o trauma é um dos pontos mais importantes e necessários a se analisar.

O conceito de trauma nos ajuda a pensar nas consequências tanto de uma “violência manifesta”<sup>1</sup> quanto nas que estão relacionadas a uma violência psíquica. A investigação feita pela psicanálise sobre a questão do trauma recai sobre seu potencial estruturante e desestruturante na constituição psíquica do indivíduo, suas rupturas e continuidades. A noção de trauma como mobilização psíquica, excesso no aparelho psíquico, é problematizada buscando compreender seus efeitos no desenvolvimento psíquico do indivíduo.

Foi assim que Freud, ao longo de sua obra, pensou, revisou e elaborou duas teorias sobre o conceito de trauma. A primeira teoria foi elaborada entre 1890 e 1897. Neste momento, o trauma é concebido por Freud como sendo decorrente de um evento pontual, uma situação real que possui seu potencial traumatizante. Neste período, Freud, juntamente com Breuer, está envolvido nos estudos sobre a histeria e seus sintomas e concebe o trauma como um corpo estranho que se aloja no psiquismo do sujeito, desestabilizando sua economia psíquica.

---

<sup>1</sup> Artigo *Trauma e violência pulsional: a adolescência como situação-limite* de Camila Padrão, Elisa Mayerhoffer, Paula M. Silva e Marta Rezende, 2006.

Atendendo muitos casos de histeria, Freud nota a frequência com que situações relacionadas a uma questão sexual, a possíveis abusos ocorridos na infância, são relatadas. Desta forma, em *Estudos sobre a histeria* (1893), Freud relaciona o sintoma histérico ao trauma sexual infantil. A partir disso, é desenvolvida a teoria da sedução que vai tratar o traumático vivenciado em dois tempos: de ordem sexual e externa. Na teoria da sedução freudiana há um outro, um evento externo de cunho sexual, que incide sobre sujeito.

Ao mesmo tempo, Freud considera que não são as próprias experiências que atuam traumáticamente, mas sua recordação através das vivências da puberdade, é nela que se encontra o potencial patogênico. A experiência sexual vivida na infância não desperta uma forte excitação devido à imaturidade do indivíduo; por outro lado, a recordação durante a vida adulta gera uma excitação superior a própria experiência. As vivências futuras conduzem o sujeito a entrar em contato com afetos dolorosos e à repressão dos mesmos, o que proporcionaria o efeito traumático. Freud nos apresenta com isso, a etiologia da histeria, uma experiência passiva de sedução na infância, cuja recordação se torna patogênica através da repressão na puberdade. Diante deste processo, o sintoma histérico é um mecanismo de defesa utilizado pelo ego na tentativa de reprimir uma ideia intolerável causadora de desprazer.

Como vimos, o indivíduo vive passivamente a situação traumática e os efeitos do trauma serão sentidos *a posteriori* com o investimento psíquico da rememoração do trauma. Sendo assim, levando em consideração que o traumático está no *a posteriori*, que é na rememoração do evento que o potencial traumático se encontra, Freud pôde notar que:

“... o trauma, a despeito de sua origem externa e de sua falta de medida comum com o desejo, só produz seus efeitos através das funções de memória e de investimento do aparelho psíquico, o que obriga a conclusão de que o trauma propriamente dito é produzido pelo próprio aparelho psíquico.”

(Souza, 2003, pp. 117-118)

De acordo com Marisa Maia, 2003, com um olhar que começa a se voltar para as funções do aparelho psíquico, Freud repensa sua teoria do trauma, o material psíquico que se constituía como traumático é percebido agora como representações inconscientes recalçadas. Freud abre espaço para uma noção que

leva em consideração a sexualidade infantil e suas fantasias, as situações relatadas por suas pacientes deixam de ser consideradas como acontecimentos reais e são vistos agora como desejos inconscientes. A realidade psíquica passa a ter grande importância e é adotada uma concepção intrapsíquica da subjetividade. Sendo assim, o conceito de trauma é pensado como tendo sua origem a partir de fontes pulsionais e não mais como apenas uma consequência de um evento real. Diante disso, passa a se valorizar a ideia de conflito psíquico como estando na gênese de qualquer psicose.

A segunda teoria do trauma surge junto com a teorização do segundo modelo pulsional. A partir da incidência das neuroses traumáticas, nas quais a compulsão à repetição surge como elemento fundamental, Freud se vê obrigado a repensar sua teoria, que até então considerava o aparelho psíquico como sendo governado pelo princípio prazer/desprazer. Intrigado com os sonhos traumáticos, a neurose de destino e a repetição na transferência, Freud já não consegue mais explicar todas essas questões a partir do princípio de prazer e introduz, em *Além do princípio de prazer* (1920), o conceito de pulsão de morte.

Diante da realidade sintomática dos sobreviventes da guerra, Freud, quando distingue as neuroses comuns e as neuroses de guerra, pontua que na segunda o conflito não é apenas entre o eu e as exigências pulsionais, trata-se de um conflito entre um eu que tinha por objetivo dar conta de suas pulsões e um outro que necessitava se desenvolver para proteger-se da violência da guerra. A neurose traumática, ou de guerra, se constitui como uma forma de proteção narcísica, um recurso defensivo utilizado pelo sujeito. Na verdade, tanto na neurose comum quanto na de guerra, o eu precisa dar conta de manter sua integridade. (Maia, 2003)

De acordo com Maia, neste segundo momento da teoria do trauma, Freud mantém na base do evento traumático a dimensão econômica do psiquismo. A noção de trauma envolve um transbordamento de excitações no aparelho psíquico, excitações essas que rompem o escudo protetor do psiquismo. Esse escudo protetor possui uma quantidade de energia interna que é reservada para lidar, através da ligação, com essa excitação que invade o psiquismo. O traumático se instaura quando o nível de excitação externa é superior ao nível de energia disponível para a proteção do psiquismo. É importante ressaltar que quando



tratamos de excitações que excedem a capacidade de suportabilidade do indivíduo não excluimos os estímulos internos, intensidades pulsionais, que perturbam a estabilidade psíquica. Sobre isso, Freud aponta duas consequências; o princípio prazer/desprazer irá reconhecer o que ocorre dentro do psiquismo e se sobrepõe aos estímulos externos, se estes estímulos se apresentarem produzindo um desprezo excessivo, o aparelho psíquico vai lidar com eles como se fossem externos, irá projetá-los para fora com a intenção de possibilitar a ação do escudo protetor.

Como vimos, o trauma não se restringe ao que vem de fora e invade o psiquismo, o traumático diz respeito também ao excesso pulsional, excesso este que, como foi dito, possui características de exterioridade para que o psiquismo possa se defender. Diante de tudo isto, podemos afirmar que o trauma está relacionado à capacidade do ego de lidar com esse excesso, dependendo da intensidade, não há recursos para dar conta do ocorrido e o trauma se configura como violência psíquica.

Neste momento, o traumático passa a ser conceituado como estando veiculado aos aspectos disruptivos da vida pulsional é concebido como o que não possui ligação, que não possui registro simbólico, ao excesso que por sua intensidade não é passível de assimilação, não pode ser integrado ou simbolizado pelo ego.

O fator surpresa, o choque, do excesso de estímulos impossibilita que o psiquismo se prepare e atue com o objetivo de se defender, o que fará com que o trauma se instaure. No entanto, o aparelho psíquico possui recursos para se colocar alerta e não ser pego desprevenido por essa invasão, esse recurso utilizado é a angústia, que tem como função alertar o psiquismo para que ele assim possa se defender e não permitir o estabelecimento do trauma.

A angústia é, em todos os momentos da obra freudiana, conceituada como um estado afetivo decorrente de um aumento de excitação. No entanto, ao longo do tempo sua teorização sofreu modificações. Segundo Octavio Souza (2003) primeiramente, a angústia era pensada como o produto do recalçamento da libido, excesso de energia libidinal decorrente de um trauma sexual ocorrido na infância que era recalçado. Com o amadurecimento e com as novas descobertas de Freud, a angústia passa a ser conceituada como um sinal que desencadeia o recalque da

libido, uma angústia sinal que visa preparar o eu para lidar com uma possível ameaça de perigo, que evita o traumático por permitir o acionamento das defesas.

É por medo do perigo que atinge sua integridade que se recalca. “A pulsão desencadeia a ameaça de castração, a qual, por sua vez, desencadeia a angústia como sinal, o qual por sua vez desencadeia o recalque da pulsão.” (Souza, 2003, p. 120). Segundo Maia, a angústia como sinal só é possível com um trabalho do ego que pela ligação transforma a ameaça de castração em sinal. Neste momento, o ego não é apenas a sede da angústia, mas seu produtor.

Há também outro tipo de angústia teorizada por Freud, a angústia automática, que se apresenta em oposição à angústia sinal, e que ocorre quando em uma situação traumática as excitações externas e internas surgem sem possibilidade de dominação. A angústia automática diz respeito àquilo que surpreende, que choca, que não possibilita a preparação egóica. Este tipo de angústia é tido como consequência direta dos eventos traumáticos que não foram mediados pela função de pensamento do ego.

De acordo com Maia (2003), essa segunda teorização da angústia é possibilitada pela construção da segunda tópica, pela elaboração das instâncias psíquicas, ego, id e superego. A partir disso, Freud pensa na angústia que vai ser experimentada pelo sujeito ao longo de sua vida como protótipo do afeto vivenciado no momento do nascimento. A experiência dolorosa de separação do corpo da mãe será a primeira vivência do afeto de angústia. O nascimento como primeira experiência de ameaça a integridade do sujeito vai ser registrada no psiquismo como uma marca mnêmica e sempre se atualizará quando o indivíduo for afetado por uma vivência traumática. A incidência das experiências externas e dos estímulos internos sob o psiquismo fará com que o sujeito sempre reviva essa primeira angústia e que se encontre tentado lidar constantemente com os processos traumáticos e com a possibilidade de perdas de objeto. Desta forma, compreendemos a angústia como um afeto de base no processo do desenvolvimento psíquico, que ocorre primeiramente de forma automática e depois se repete sempre de maneira preventiva, com o objetivo de evitar o desamparo psíquico.

No entanto, Freud aponta que essa primeira experiência de angústia só poderá se repetir como sinal, na tentativa de evitar o desamparo, quando o bebê

começar a perceber que existe um outro, que aparece para satisfazer suas necessidades e apaziguar seu desprazer e sofrimento. É a partir daí que a angústia vai ser acionada como sinal, para evitar um desequilíbrio na economia psíquica, e não mais de forma automática.

Para concluir, podemos apontar que o afeto de angústia está relacionado ao medo da emergência de uma situação traumática, situação esta que não é submetida ao princípio de prazer e que se constituiu desta forma por não ter podido ser elaborada psiquicamente, por não haver uma maturidade psíquica suficiente para dar conta do evento.

Para que continuemos a pensar a questão do trauma na obra de Freud e na de outros autores, há um ponto que é fundamental ressaltar aqui. De acordo com Marisa Maia (2003), podemos identificar nos escritos de Freud, mais especificamente em *Moises e o monoteísmo* (1939), o trauma em seu potencial estruturante e desestruturante.

Para Freud, os aspectos positivos ou estruturantes do trauma estariam ligados à função que o traumático possui de colocar o psiquismo em atividade. Essa atividade se expressa na capacidade de “insistir na recordação das experiências esquecidas, ou, dito de outra maneira, torná-las reais, promovendo um processo de repetição da vivência original” (Maia, 2003, p. 100), o que envolve um mecanismo de compulsão a repetição. Desta forma podemos apontar que, pensando na clínica psicanalítica, esse efeito positivo torna possível o acesso aos conteúdos traumáticos, a repetição desse material possibilitará o trabalho analítico e a elaboração dos mesmos.

Por outro lado, os efeitos traumáticos em sua dimensão negativa estariam relacionados ao fato de trazerem “uma inibição, não sendo nem recordados, nem repetidos. Sua forma expressiva mais comum seriam as evitações, que trariam como consequência as inibições e fobias.” (Maia, 2003, p. 100). Assim, verificamos que para Freud, a possibilidade estruturante ou desestruturante do trauma depende deste surgir como motor, impulso de trabalho psíquico ou, ao contrário, como inibição de atividade psíquica.

## **2.1. O trauma e seus efeitos estruturantes**

Autores contemporâneos e pós-freudianos nos trouxeram grandes contribuições a respeito do potencial estruturante ou desestruturante do trauma, dentre eles está Sándor Ferenczi. Contemporâneo e discípulo de Freud, o psicanalista, enquanto o conceito de pulsão de morte é criado tentando dar conta dos sintomas das neuroses de guerra, reflete sobre o poder traumatizante que o exterior possui sobre o sujeito e pensa no conceito de trauma como estando diretamente veiculado ao ambiente.

Ferenczi que em muitos momentos questiona certas concepções da metapsicologia freudiana cede um lugar de primazia à relação objetal e a intersubjetividade. Em seu texto *A criança mal acolhida e sua pulsão de morte* (1929), o autor aborda a presença fundamental de um ambiente que cuida nos primeiros estágios da infância para que uma pulsão de vida ganhe força e o bebê consiga resistir às dificuldades da vida.

‘De qualquer modo, no início da vida, intra e extra-uterina, os órgãos e suas funções desenvolvem-se com uma abundância e uma rapidez surpreendentes - mas só em condições particularmente favoráveis de proteção do embrião e da criança. A criança deve ser levada, por um prodigioso dispêndio de amor, de ternura e de cuidados, a perdoar aos pais por terem-na posto no mundo sem lhe perguntar qual era a sua intenção, pois, em caso contrário, as pulsões de destruição logo entram em ação.’

(Ferenczi, 1929, p.50)

Como dissemos, Ferenczi se mostra em desacordo com algumas construções teóricas de Freud. O conceito de pulsão de morte, por exemplo, não é tratado da mesma forma que foi trabalhado pelo psicanalista, ele concebe a pulsão como sendo uma oscilação entre impulsos de vida e de morte (Avello, 2006). A pulsão de morte é substituída por uma visão de deficiência na capacidade de viver.

Para Ferenczi, após o nascimento, o bebê se encontra no ponto zero de sua pulsão de vida e somente a partir de uma “imunização progressiva contra atentados físicos e psíquicos” é que sua “força vital”, sua tendência a ir em direção à vida, e a capacidade de resistir às dificuldades, estariam reforçadas. A capacidade de desfrutar a felicidade só se dá em um ambiente acolhedor, que cuidará do sujeito para que ele consiga chegar à maturidade. Por outro lado, um trauma muito precoce impulsionaria o sujeito a uma vontade de “não-ser”.

“Todos os indícios confirmam que essas crianças registraram bem os sinais conscientes e inconscientes de aversão ou de impaciência da mãe, e que sua vontade de viver viu-se desde então quebrada. Os menores acontecimentos, no decorrer da vida posterior, eram bastante para suscitar nelas a vontade de morrer, mesmo que fosse compensada por uma forte tensão da vontade.”

(Ferenczi, 1929, p.49)

De acordo com a proposição de Ferenczi, verificamos que, primeiramente, é mantida a concepção dualista freudiana, pensando em dois pólos, o da pulsão de fazer-se valer e o da pulsão de conciliação (Avello, 2006). A pulsão de fazer-se valer possui uma tendência egoísta e se sustenta no princípio do prazer. A pulsão de conciliação, por outro lado, possui uma tendência altruísta e se sustenta no princípio de realidade. No entanto, é importante retomar que, para Ferenczi, há uma oscilação recorrente entre as tendências, tendo as duas como objetivo a manutenção da vida. A segunda, por exemplo, altruísta, busca de maneira defensiva a vida no vínculo com o ambiente. Neste sentido, J. Avello aponta que para Ferenczi:

‘a morte é um dano (damage) para o indivíduo, mas não para algum tipo de conservação da vida, da natureza, do cosmos, ou como queira dizer, que transcende ao indivíduo. De tal forma que o que para Freud é pulsão de morte, para Ferenczi é pulsão de vida supraindividual, ecológica, de conciliação. A vida se exerce através de duas vias, uma que se preocupa pelo indivíduo isolado (egoísta) e outra (altruísta) que se preocupa pelo indivíduo como fragmento de um todo.’

(Avello, 2006, p. 93)

Pensando no que mais nos importa neste momento, vemos que Ferenczi conceitua sua teoria pensando sempre em uma organização psíquica onde há somente pulsão de vida e nada mais, não poderíamos tratar como pulsões distintas, mas como variações da pulsão de vida (Avello, 2006).

Na teoria ferencziana, como foi apontado, nos deparamos com a grande importância que o autor dá às relações de objeto, além de uma pulsão que impulsiona em direção à vida (egoísta), temos uma (altruísta) que se configura nos vínculos. É assim, pensando em um sujeito que busca a vida, e em uma relação objetual inerente ao desenvolvimento psíquico, que Ferenczi vai construir seu conceito de trauma.

De acordo com Gaspar, Lorenzutti e Cardoso, no artigo *Trauma e Representação: Estudo de um caso clínico* (2002), Ferenczi, quando teoriza sobre

o trauma, parece utilizar-se das duas teorias freudianas. Ao valorizar o potencial traumático do ambiente, o autor resgata a primeira teoria da sedução, na qual há um adulto que seduz uma criança “inocente”. Por outro lado, veremos que o autor também se utiliza da segunda teoria freudiana sobre o trauma quando aponta o traumático como estando ligado ao irrepresentável, ao excesso, a algo que não pode ser simbolizado.

No entanto, quando Ferenczi retoma a concepção de sedução, vai pensá-la relacionando-a aos afetos envolvidos. O autor concebe o trauma como afetivo, uma falha na relação afetiva, e não como trauma puramente sexual. Para Ferenczi, o trauma não é uma luta estritamente pulsional e não se restringe ao Édipo e a castração, o ambiente, para ele, está envolvido no processo traumático.

Assim como Ferenczi, D. Winnicott e Michael Balint vão priorizar em suas teorias um olhar sobre a relação objetal. Os três autores investigam os efeitos do ambiente na constituição do sujeito e focam suas teorias nas relações interpessoais. Verificamos que nas obras desses três teóricos o conceito de trauma é concebido como tendo, além de um potencial desestruturante, uma função estruturante do psiquismo.

O processo de substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade, ou seja, de constituição do eu é tratado por Ferenczi e Winnicott como um processo gradual, que envolve relações intersubjetivas e que exige do sujeito um movimento de adaptação. É durante este processo que encontraremos base para pensar no trauma estruturante do psiquismo.

Para os dois autores, Ferenczi e Winnicott, já há subjetividade na vida intra-uterina e neste momento o feto vive uma experiência de onipotência em seu mais alto grau. Ferenczi, em 1913, no texto *O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios*, coloca o estado fetal como um estado do desenvolvimento humano que realiza, efetivamente, o ideal de estar submetido unicamente ao prazer.

‘Para o ser nascente mal existe ‘um mundo externo’; todos os seus desejos de proteção, de calor e de alimento estão assegurados pela mãe. Ele não precisa sequer fazer qualquer esforço para apoderar-se dos nutrientes e do oxigênio que lhe são necessários, já que mecanismos apropriados se encarregam de fazer chegar essas substâncias diretamente aos seus vasos sanguíneos. (...) A sobrevivência do feto, pelo contrário, incumbe inteiramente à mãe. Portanto, se o

ser humano tem uma vida psíquica, mesmo inconsciente, no corpo materno (...) ele deve ter, pela própria circunstância de existir, a impressão de que é realmente onipotente.’

(Ferenczi, 1913, p. 42)

O período intra-uterino é o que melhor caracteriza uma vivência de onipotência. O bebê é satisfeito em todos seus desejos, que neste momento são basicamente necessidades físicas ligadas à sua sobrevivência, e tem as intrusões do mundo externo minimizadas por um cuidado excessivo da mãe com seu próprio corpo. Winnicott se mostra de acordo quando no texto *Memórias do nascimento, trauma do nascimento e ansiedade* (1949a) aponta: “o que a mim interessa é precisamente esse tema do feto e da criança que está nascendo, essa criatura inteiramente **narcísica**” (p. 255).

Este estágio de onipotência e de ilusão se mantém após o nascimento. O bebê ainda não possui a capacidade de diferenciação eu e não-eu, o objeto externo é criado por ele e, do ponto de vista do bebê, não há um outro. Neste momento da vida do sujeito, ainda há satisfação quase total das pulsões, o mundo externo, se for “suficientemente bom”, se conseguir se adaptar às necessidades do bebê, é capaz de fornecer-lhe os cuidados necessários. Nesse sentido, o bebê ainda se imagina criador de tudo que há ao seu redor.

No entanto, com a demanda do sujeito se tornando mais elaborada ao longo de seu desenvolvimento, torna-se impossível a satisfação plena. A mãe, ou seu substituto, começa a falhar e frustra seu bebê quando já não é capaz de satisfazer completamente seus desejos e suas necessidades.

“... com o recrudescimento das necessidades tanto em quantidade como em complexidade vão multiplicar-se não só as ‘condições’ a que o indivíduo deverá submeter-se se quiser ver suas necessidades satisfeitas, mas também os casos em que seus desejos, cada vez mais ousados, não se realizarão, mesmo respeitando escrupulosamente as condições outrora eficazes.”

(Ferenczi, 1913, p. 46)

Neste momento, Winnicott nos apresenta a figura da mãe que falha, uma “falha (ativa)” que é necessária para que haja um bom desenvolvimento. É devido às constantes frustrações sofridas pelo indivíduo em seu estágio onipotente que haverá a possibilidade de reconhecimento da realidade e do outro enquanto objeto externo. Neste período, o bebê que vivia em uma dependência absoluta do

ambiente, já se apresenta em uma dependência relativa, não depende incondicionalmente da mãe ou de seu cuidador.

‘(...) Normalmente, a adaptação da mãe leva ao fracasso adaptativo graduado, que, por sua vez, conduz à função que a família tem de gradualmente introduzir o princípio de realidade à criança. (...) Dessa maneira, existe um aspecto normal no trauma. A mãe está sempre ‘traumatizando’, dentro de um arcabouço de adaptação, e, desse modo, o bebê passa da dependência absoluta para a dependência relativa.’

(Winnicott, 1965, pp.113-114)

O bebê sofre neste encontro com o princípio de realidade, sofre, por exemplo, a ausência de alimento fornecido pelo seio, o que fará com que ele sinta ódio por este objeto. Mas, ao reencontrá-lo, agora enquanto objeto externo e não mais como objeto criado por ele, objeto subjetivo, poderá amá-lo novamente. Em *O problema da afirmação do desprazer* (1926), Ferenczi fala da necessidade de uma ambivalência, “desintrincamento pulsional”, amor e ódio por um mesmo objeto (o seio, por exemplo, no caso do desmame), para que haja o encontro com o objeto externo, para que haja a percepção do objeto fora de sua área onipotente.

‘... às coisas que não estão incondicionalmente à nossa disposição, aquelas de que gostamos porque nos dão satisfação e que detestamos porque não nos obedecem em tudo, criamos para elas marcas particulares em nossa vida psíquica, traços mnêmicos aos quais se liga um caráter de objetividade, e rejubilamo-nos quando as reencontramos em realidade, ou seja, quando podemos amá-las de novo.’

(Ferenczi, 1926, p. 397)

A afirmação acima vai ao encontro da noção de Winnicott sobre o uso do objeto (1969) ao indicar que o bebê ao ser desiludido pelo objeto (subjetivo) sente ódio pelo mesmo e o agride na intenção de destruí-lo (destruição fantasística), e é, então, a sobrevivência do objeto que vai permitir que ele seja amado e usado posteriormente.

O bebê, que antes se encontrava em um estágio de onipotência, se desilude e se frustra ao não ter suas necessidades totalmente satisfeitas. Desta forma, se vê obrigado a fazer uso de certos recursos para obter a satisfação desejada. Como exemplo desses recursos, temos o choro, os movimentos e gestos que indicam seus desejos, entre outros.



Neste processo, o outro começa a aparecer como fazendo parte da realidade externa ao sujeito, não é mais uma criação onipotente do mesmo. Esse encontro com o objeto que está fora de seu controle, que o frustra e que nega sua onipotência, é traumático. É traumático por exigir do sujeito modificações em sua constituição para que se adapte à realidade externa.

“A idéia de trauma envolve uma consideração de fatores externos; em outras palavras, é pertinente à dependência. O trauma é um fracasso relativo à dependência. O trauma é aquilo que rompe a idealização de um objeto pelo ódio do indivíduo, reativo ao fracasso desse objeto em desempenhar sua função.”

(Winnicott, 1965, p.113)

A situação traumática pode ocorrer, então, até mesmo nos primeiros manejos de higiene do adulto no seu bebê, durante o desmame e em todas essas experiências primárias. É o que Ferenczi chama, no texto de 1927, *A adaptação da família à criança*, de “traumas reais”, que dizem respeito à inserção da criança na sociedade. Com essa manipulação que a mãe faz no corpo de seu bebê, essa criança tem sentimentos de prazer e de desprazer que provocam mudanças em seu aparelho psíquico, “desintrincamento pulsional”. Este processo, se não for excessivo, é visto por Ferenczi e também por Winnicott como estruturante, faz parte dos pequenos traumas vividos, situações em que há a afirmação de desprazer no encontro com o princípio de realidade e que fazem parte do processo de desenvolvimento emocional.

Tratando da questão dos pequenos traumas, vemos que tanto Ferenczi quanto Winnicott os consideram inevitáveis e necessários na constituição do sujeito, o que ocorre pelo próprio processo natural de saída do princípio de prazer e entrada no princípio de realidade. Os traumas, por terem como característica o fato de serem excessivos, sempre ocorrem de maneira que o sujeito não possui a capacidade de assimilá-los prontamente, levam a uma dissociação e fragmentação do eu. No entanto, não se tornam nocivos ao desenvolvimento subjetivo, se houver uma condução por tendências pulsionais à reunificação, estando esse processo aliado a um ambiente favorável. Desta forma, vemos ser constituído um psiquismo saudável e assimilado.

Ainda dentro da temática do trauma em sua dimensão estruturante, outro autor que percorre um caminho parecido com o de Sándor Ferenczi e D.

Winnicott é Michael Balint. Balint foi aluno e grande admirador de Ferenczi e, além disso, companheiro de Winnicott. O autor que também prioriza em sua teoria um olhar sobre as relações objetais nos ajuda muito a pensar a questão do trauma e suas conseqüências sobre a estruturação do psiquismo.

De acordo com o que Balint trata em seu livro *A falha básica* (1968), no texto *Amor primário*, o bebê intra-uterinamente vive em uma “mescla harmoniosa interpenetrante”, é um período em que o self e seu entorno estão harmoniosamente “misturados”, não há limites nítidos entre eles. Porém, ao nascer, ocorre uma interferência nesta relação, o bebê se depara com um objeto que já se apresentaria como externo, o não-eu já aparece com seus limites um pouco mais claros. Com isso, o bebê se vê forçado a se adaptar a essa nova situação, a esse novo estado.

Neste sentido, e a partir do que foi tratado anteriormente em relação à Ferenczi e Winnicott, Balint trabalha o processo do nascimento como sendo algo traumático. Para o autor, a característica traumática do nascimento está no fato deste evento exigir do sujeito um esforço psíquico para se adequar a seu novo estado e abandonar um estado harmonioso anterior.

‘O nascimento é um trauma que altera o equilíbrio, pela mudança radical do entorno, forçando – sob uma verdadeira ameaça de morte – a uma nova forma de adaptação, o que dá início, ou pelo menos acelera consideravelmente, a separação entre o indivíduo e seu entorno. Os objetos, inclusive o ego, começam a emergir da mistura de substâncias e da ruptura da harmonia das expansões sem limites. Os objetos possuem – em contraste com as substâncias mais amistosas – contornos nítidos e limites mais claros, que desde então devem ser reconhecidos e respeitados. A libido não mais será um fluxo homogêneo que vai do id para o entorno, sob influência dos objetos emergentes, surgem concentrações e rarefações em seu fluxo.’

(Balint, 1968, p. 61)

É a partir da perturbação entre o indivíduo e o ambiente, e da frustração decorrente disso, que a libido passa a ser investida no ego e não mais no entorno, ambiente original. O sujeito passa a investir libidinalmente em si - mesmo e em seu desenvolvimento psíquico, o que caracteriza de acordo com o autor, o narcisismo secundário (o tema do narcisismo não será trabalhado no presente estudo, talvez em uma elaboração futura).

“Sempre que a relação desenvolvida com uma parte do entorno ou com um objeto estiver em doloroso contraste com a anteriormente não perturbada harmonia, a libido retorna ao ego, que inicia ou acelera se desenvolvimento – talvez em consequência da nova adaptação forçada – em uma tentativa de recuperar a anterior sensação de ‘unidade’ dos primeiros estágios.”

(Balint, 1968, p. 61)

Além de Ferenczi e Winnicott, Balint identifica o trauma também como estruturante e necessário para um desenvolvimento saudável. Em uma visão geral, encontramos nas obras dos três autores fragmentos que talvez nos possibilitem pensar que é preciso que haja uma mobilização psíquica, certa desestabilização no equilíbrio em que se encontra o sujeito, para que ele tenha força e se direcione em favor da vida.

## 2.2.

### O trauma e seus efeitos desestruturantes

O trauma, como dissemos anteriormente, possui também seu potencial desestruturante. Ferenczi, Winnicott e Balint pensam, em suas obras, nos efeitos desestruturantes de uma vivência traumática na constituição do psiquismo. Os três autores concebem o trauma desestruturante como sendo um evento muito excessivo para a maturidade do sujeito e que não pôde ser elaborado. É importante ressaltar aqui que deixaremos as idéias de Balint sobre o tema, o trauma em sua dimensão desestruturante, para o terceiro capítulo desta dissertação.

No texto *Memórias do nascimento, trauma do nascimento e ansiedade* (1949a), Winnicott teoriza sobre o potencial desestruturante do trauma trazendo diferenças entre a experiência do nascimento e o trauma do nascimento. Para o autor, o sujeito já é dotado de uma vida psíquica antes de seu nascimento; sendo assim, as experiências e intrusões vividas neste período ficam armazenadas. Neste sentido, no momento do nascimento, o sujeito já estaria preparado para pequenas reações diante das adversidades apresentadas a ele.

“(…) no processo natural, a experiência do nascimento é um exemplo exagerado de algo que o bebê já conhece. (...) Na saúde o bebê já está preparado antes do parto para certa intrusão ambiental, e já teve experiência de um retorno natural da reação a um estado em que não é preciso reagir, sendo este último o único estado em que o eu pode começar a ser.”

(Winnicott, 1949a, p. 264)

Neste sentido, Winnicott aborda a experiência do nascimento como algo não traumático. “O nascimento propriamente dito, num parto normal, poderia ser facilmente sentido pelo bebê como resultado bem-sucedido do esforço pessoal devido a um timing razoavelmente acurado.” (Winnicott, 1949a, p. 268). As experiências do nascimento podem ser vistas como sendo boas e teriam a capacidade de promover o fortalecimento do ego e a estabilidade. Sendo assim, as perturbações ambientais até certo grau constituem um estímulo valioso.

No entanto, sendo essa experiência excessiva, ou seja, se ultrapassar o limite ao qual o sujeito está preparado para suportar, ela se constitui como um trauma do nascimento. Para além de certo limite, as perturbações são contraproducentes uma vez que exigem grandes reações, adaptações do sujeito ao ambiente. Essas reações exigidas podem provocar uma perda na identidade do sujeito já que ainda não há força suficiente do ego. Vemos, então, de acordo com Winnicott, um trauma que se caracteriza pela necessidade de reagir.

Desta forma, contrariamente ao que uma experiência normal traz de benefício para o sujeito, o parto demorado pode produzir um efeito de desamparo e interferir no “continuar a ser” pessoal. Um parto prolongado ultrapassa qualquer experiência vivida intra-uterinamente de intrusão provocadora de reações.

“Isto provoca um sentimento extremo de insegurança, e situa-se na base da expectativa de novos exemplos de perda de continuidade do ser, e mesmo de uma desesperança congênita (embora não herdada) quanto à possibilidade de alcançar uma vida pessoal.”

(Winnicott, 1949a, p. 265)

Diante disto, vimos que para Winnicott “a integração da psique imatura na época do nascimento pode ser fortalecida pelas experiências, mesmo que se trate de uma reação à intrusão, desde que esta não dure tempo demais.” (Winnicott, 1949a, pp. 275-276). A partir disto, acreditamos que se possa tratar o que Winnicott traz sobre as experiências do nascimento como um trauma estruturante. Por outro lado, a exigência de uma reação excessiva, interrompendo o curso natural do “continuar a ser”, pode significar um trauma com consequências desestruturantes para a constituição subjetiva e estruturação egóica.

Ferenczi indica que o trauma desestruturante surge como algo excessivo que não pôde ser elaborado. No entanto, para que haja o êxito na instauração do trauma, um processo específico é vivenciado. Para o autor, há uma sequência traumática, há certos componentes importantes para que se caracterize um trauma como estruturante ou desestruturante. O evento traumático em si não se constitui enquanto desestruturante. Como veremos, há um ingrediente fundamental, o desmentido, que vai fazer com que ele seja desestruturante para o sujeito.

O autor retoma a questão da sedução freudiana, porém, diferentemente do que Freud pensava na época em que escreveu sobre a teoria da sedução, 1895, Ferenczi irá dirigir seu olhar para os afetos envolvidos. O trauma é concebido como afetivo, como uma falha na relação afetiva. Para Ferenczi, então, o processo traumático envolve o ambiente, não sendo uma luta estritamente pulsional.

A situação traumática depende de um terreno favorável, em que encontraríamos uma relação de confiança. Haveria antes do choque traumático um “sentimento de estar seguro de si, no qual, em consequência dos eventos, a pessoa sentiu-se decepcionada; antes tinha excesso de confiança em si e no mundo circundante; depois, muito pouca ou nenhuma. Subestimou a sua própria força e viveu na louca ilusão de que tal coisa não podia acontecer; ‘não a mim’.” (Ferenczi, 1931, p. 109).

Neste campo potencialmente favorável à situação de choque, traumática, haveria uma pessoa em situação de poder, futuro agressor, se relacionando com outra que se encontraria em posição de submissão e fragilidade. Nessa relação prévia, teria como base a confiança e a ternura.

“As seduções incestuosas produzem-se habitualmente assim: um adulto e uma criança amam-se; a criança tem fantasias lúdicas, como desempenhar um papel maternal em relação ao adulto. O jogo pode assumir uma forma erótica, mas conserva-se, porém, sempre no nível da ternura.”

(Ferenczi, 1933, p. 101)

Contrariamente ao que Freud teorizou na concepção de sedução, na qual a criança vivia passivamente o trauma, para Ferenczi, o agredido tem uma participação ativa na situação de agressão. A criança busca, se aproximando do adulto, movido pela libido terna (genitalidade precoce), por um desejo terno, a

satisfação na relação. Porém, o adulto interpreta essa busca como libido passional adulta, tentativa de satisfação orgástica.

Em um dos textos mais importantes sobre a questão do trauma, *Confusão de língua entre os adultos e a criança* (1933), Ferenczi aborda a falha na relação como uma confusão entre a linguagem da ternura da criança e a linguagem passional do adulto, que é precedida e dependente desta relação de confiança.

Podemos ver, já no texto *A adaptação da família à criança* (1927), que Ferenczi trabalha a confusão no entendimento entre os adultos e a criança, quando aponta a falta de habilidade que os pais têm ao tratar do auto-erotismo infantil. Algo que para a criança é muito claro, é negado pelos pais. A criança sabe de suas sensações eróticas em seus órgãos genitais e que, mediante certas atividades, consegue apaziguar essas sensações. No entanto, se sente culpada por ter essas sensações, uma vez que são recriminadas por seus pais tão amados e idealizados por ela. Dessa forma, ocorre a perda da confiança da criança nos pais.

‘Enquanto a função erótica, ou voluptuosa, não é reconhecida, existirá sempre um abismo entre os pais e seu filho pequeno, e aos olhos deste, eles continuarão sendo um ideal inacessível; (...) Quanto à criança, sente-se reprovada por causa de suas sensações e acredita que os adultos são, a esse respeito, puros e imaculados. (...) esperamos uma confiança cega e o desprezo por suas experiências físicas e psíquicas. Uma das maiores dificuldades encontradas pela criança surge mais tarde, quando se apercebe de que todo o seu elevado idealismo não corresponde à realidade; foi ludibriada e não acredita mais em autoridade nenhuma.’

(Ferenczi, 1927, p. 9)

Para o autor, havendo um excesso ou a falha na relação entra em ação um mecanismo defensivo do agredido, a introjeção do agressor. A criança que se encontrava em uma relação de confiança com o adulto se encontra agora desamparada, e seu psiquismo lança mão, defensivamente, desse processo de introjeção. O trauma é desestruturante quando não houve a elaboração do evento traumático por parte do aparelho psíquico, desta forma sua única opção foi a de introjetá-lo.

Criador do conceito de introjeção, Ferenczi vai utilizá-lo como base e recorrerá a ele em toda a sua obra. É importante para a continuação deste capítulo e para que haja um bom entendimento do conceito de introjeção do agressor, que se explique aqui um pouco da leitura do autor sobre este tema.

Ferenczi aborda pela primeira vez o tema da introjeção em seu texto de 1909, *Transferência e introjeção*, neste momento ele o conceitua como um mecanismo econômico-dinâmico à serviço da evitação de desprazer. O eu busca objetos na tentativa de afastar o desprazer. No entanto, em 1926, Ferenczi começa a observar o processo de introjeção de objetos maus e assim, vai ampliando seu conceito reconhecendo sua importância na constituição do eu e, como um processo dinâmico e interminável, será determinante na relação e no investimento que o indivíduo fará libidinalmente nos objetos (Avello, 2006).

“... na adaptação ao meio ambiente real, seja ela orgânica ou psíquica, certas partes do mundo exterior hostil são incluídas no ego com a ajuda de Eros, enquanto que, por outro lado, há a renúncia a partes amadas do ego.”

(Ferenczi, 1926, p. 401)

Admitindo a introjeção de objetos maus pelo sujeito, Ferenczi reconhece este como um dos processos da sequência traumática. Como dissemos, o agredido, após a situação traumática, se utiliza, defensivamente, do mecanismo de introjeção do agressor. Mas Ferenczi não pensará na introjeção de objetos maus como um retorno ao inanimado, ou como um masoquismo primário, ele irá privilegiar uma visão em que a evitação do desprazer permanece.

Quando trata da afirmação do desprazer, o autor nos mostra que um reconhecimento de um desprazer é menos doloroso que sua não aceitação, e que o sujeito está sempre na busca de uma redução do desprazer ou algum tipo de prazer, ainda que mínimo. Nesse sentido, talvez possamos dizer que, para o agredido, a introjeção da agressão como sendo sua, fazendo parte de sua personalidade, é menos desagradável que admitir pais agressivos.

‘Se o reconhecimento do meio ambiente hostil representa um desprazer, o seu não-reconhecimento comporta geralmente ainda mais desprazer; o menos desagradável torna-se, portanto, relativamente agradável e pode ser afirmado como tal. Somente tomando em consideração a compensação e a evitação de um desprazer ainda maior é que poderemos compreender em geral a possibilidade de uma afirmação do desprazer sem que por isso sejamos obrigados a renunciar à concepção da busca de prazer como tendência fundamental de todo psiquismo.’

(Ferenczi, 1926, p. 396)

A introjeção do agressor é um mecanismo defensivo e será utilizado em favor da evitação de desprazer, as pulsões de conciliação entrarão em ação neste

momento na tentativa conciliar-se com o agressor fazendo com que ele desapareça ou se torne intrapsíquico. O medo alcança uma intensidade tão grande que o sujeito se identifica ao agressor com o objetivo de manter o vínculo com o adulto e não perder completamente a confiança e a ternura que existiam antes na relação.

As pulsões de conciliação vão tentar afastar a dor através de mimetismo, mecanismo autoplástico. A criança, através de uma maleabilidade de seu psiquismo, entra em um estado de dissolução de sua personalidade, uma modificação da própria substância do indivíduo. O sujeito confunde-se com a pessoa identificada, e durante as agressões, toma para si o desejo de agredir, ele não é mais agredido, mas é ele quem agride. Desta forma, nos deparamos com um sujeito constituído por identificações superegóicas no lugar de sua própria vida, constituído por um supereu não assimilado.

De acordo com Avello, quando Ferenczi discorre sobre o agressor, ele acredita que há satisfação de prazer. Tanto no amor passional, quando há um investimento libidinal excessivo para o agredido, quanto nos castigos passionais, onde o sadismo do agressor entra em ação, há uma satisfação. O autor aponta que por parte do agressor há projeção de conteúdos psíquicos dispensadores de desprazer e provocadores de dor sobre o agredido.

Mas Ferenczi, quando pensa no agressor, coloca também que há por parte do mesmo uma introjeção do agredido. O agressor busca a paz e a ternura que se encontra no agredido. Ao projetar desprazer na criança, o adulto ocupa este espaço introjetando o estado de bem-estar que foi colocado para fora da vítima. Podemos, aqui, pensar nessa busca por este estado de bem-estar como partindo da criança traumatizada que vive dentro do adulto e que não pôde elaborar seu trauma passado.

A partir deste mecanismo de projeção e introjeção, podemos ver como o agredido, que se identificou com o agressor, se utiliza dos mesmos mecanismos. O adulto que bate o faz por ter sua criança interna identificada com seu agressor e vive na constante busca por um estado de ternura, de vida e confiança anterior. A equação na literatura ferencziana se dá, então, da seguinte forma, “crianças que apanham serão adultos que apanham”, esse adulto vive com sua criança interna que sofre e apanha até aquele momento (Avello, 2006).



Essa criança traumatizada que vive no adulto teve, provavelmente, seu processo traumático completado por um desmentido de seu agressor e dessa forma não pôde elaborar a situação vivida. O desmentido é o que, para Ferenczi, será decisivo para que uma situação tenha seu êxito enquanto trauma. Em sua teoria, Ferenczi considera que faz parte do processo de constituição do psiquismo a vivência de pequenos traumas, que surgem do encontro com o princípio de realidade. No entanto, para que se defina se estes traumas tiveram função estruturante ou não, deve-se considerar a intensidade que tiveram e a ajuda que o ambiente forneceu para que o ocorrido fosse elaborado. Se o ambiente responsável pelo trauma desmente o fator traumático da situação negando-o, não lhe dando a devida importância, ele impede que o traumatizado passe por um processo de elaboração do mesmo. A percepção da criança sobre o ocorrido é fiel ao fato, não é uma fantasia, no entanto se depara com um discurso oposto à sua percepção, discurso que parte das pessoas por quem essa criança mais tem amor, fazendo com que ela se adapte e assuma para si a nova versão sobre o que aconteceu. A confiança que havia previamente na relação é, então, quebrada e o trauma se efetiva.

Assim, impossibilitado de elaborar o ocorrido, a única opção que resta ao agredido, para que se mantenha algum vínculo, é fazer seu este desmentido, tomando para si a culpa da situação traumática. Desta maneira, o processo traumático teria seu êxito. “A personalidade pré-traumática resultante da agressão, já afetada pela identificação ansiosa ao agressor, passa a ser definitivamente traumática quando opera sobre ela o desmentido.” (Avello, 2006, p.162). Por outro lado, se o ambiente tivesse colaborado e respeitado a precocidade da criança, reconhecendo sua descarga agressiva, a elaboração seria estimulada.

Tivemos a possibilidade de observar que para Ferenczi e Winnicott o trauma em sua dimensão desestruturante causa cisão do ego, e esta cisão terá conseqüências na constituição subjetiva do sujeito. Os dois autores, além de Michael Balint, abordam em suas teorias tipos de personalidades que poderiam ser desenvolvidas para proteger o eu do sujeito. A partir da vivência traumática, surgem características psíquicas que visam proteger o eu de um desmoronamento radical. Como exemplo, podemos citar a maturidade precoce teorizada por

Ferenczi, a intelectualização pensada por Winnicott e a relação filobática de Balint. Este tema será desenvolvido em nosso terceiro capítulo.

### 3. **A comunidade e a infância, um encontro produtor de sentido**

“Atividades de cuidar fazem parte das obrigações e tarefas específicas de todos os profissionais das áreas da saúde e da educação, bem como, em geral, do que nos cabe a todos na condição de seres humanos vivendo em sociedade.”

(Figueiredo, 2009, p.131)

Durante o processo de desenvolvimento e de adaptação à realidade do mundo externo, o bebê sofre frustrações e desilusões que são necessárias para sua estruturação. No entanto, se estas frustrações e os sentimentos de desprazer vividos forem excessivos, podem se tornar potencialmente traumáticos, dificultando a adaptação do bebê. Neste sentido, a função desempenhada pelo objeto primário possui um papel muito importante para que este processo não se constitua enquanto traumático. Utilizando a expressão de Elisa Maria de Ulhôa Cintra (2003), podemos dizer que o objeto primário possui funções anti-traumáticas, como holding e continência, que são extremamente importantes para a constituição subjetiva do indivíduo.

“O ingresso de um recém-nascido na vida e no mundo propriamente humano é marcado por uma complexa trama de acontecimentos que estabelecem as condições e as formas de sua recepção e, em decorrência, do seu vir-a-ser humano.”

(Figueiredo, 2007, p. 121)

O desamparo e a impossibilidade de viver sem o auxílio da mãe ou de um substituto são fatores imprescindíveis para a investigação dos primórdios da vida psíquica. É a partir daí que se pensará a importância de um cuidador, no papel que exerce como ego auxiliar e no suporte que fornece.

De acordo com Ferenczi, em seu texto *A criança mal acolhida e sua pulsão de morte* (1929), a criança que não é bem recebida pelo mundo ao seu redor pode sofrer consequências muito graves. O sujeito que não é bem-vindo tem sua vontade de viver rompida, há entre estes indivíduos uma tendência à autodestruição, uma inibição do movimento que o impulsiona em direção à vida. As crianças que perdem precocemente essa vontade de viver apresentam uma capacidade insuficiente de adaptação, pequenos acontecimentos posteriores serão o bastante para desencadear um desejo pela morte. O autor vai além, apontando

que é mais provável que crianças acolhidas com rudeza morram facilmente, conservando uma aversão à vida, elas se utilizam de meios orgânicos para “desaparecer” rapidamente.

Assim como foi colocado no primeiro capítulo, Ferenczi indica que no início da vida, há um grande desenvolvimento dos órgãos e de suas funções, mas isso só ocorre em condições favoráveis de proteção. “A criança deve ser levada, por um prodigioso dispêndio de amor, de ternura e de cuidados, (...), em caso contrario, as pulsões de destruição logo entram em ação” (1929, p. 50). Para o psicanalista, uma vez que o bebê se encontra muito mais perto do não-ser individual do que o adulto, a “força vital” que resiste às adversidades da vida não é muito forte no nascimento, ela é adquirida após uma progressiva experiência de pequenos traumas, atentados físicos e psíquicos, ao longo da vida. Algo que dependerá de uma boa condução do ambiente através do tato e cuidado fornecidos.

Neste sentido, podemos descrever as funções anti-traumáticas como aquelas que cumpridas por um cuidador possibilitam um bom funcionamento psíquico. A dimensão anti-traumática dessas funções está no fato de que auxiliam o sujeito a superar as dificuldades na adaptação à realidade do mundo externo.

‘Se compararmos, portanto, a continência e **rêverie** bioniana com o **holding** de Winnicott, é possível afirmar que ambos os processos existem para lidar com as angústias avassaladoras e impensáveis, para oferecer estabilidade mental e para realizar funções de ligação necessárias ao desenvolvimento físico e psíquico. São necessários para realizar a mediação entre estados de maior fusão e dependência e os estados de relativa independência e discriminação. Considero-os como as funções matriciais do aparelho psíquico.’

(Cintra, 2003, p. 51)

Além desta presença fundamental do objeto primário para o desenvolvimento infantil, Winnicott ressalta em *Segurança* (1960c) que o ambiente como um todo, pai, avós, irmãos, médicos, professores, sociedade, são responsáveis por prover condições favoráveis para o desenvolvimento do sujeito. Com essa presença, é fornecida uma estabilidade viva e humana, algo que o bebê vai absorver podendo crescer em segurança.

Notamos que nas comunidades do Rio de Janeiro, mães ou cuidadores precisam, muitas vezes pela própria demanda laboral, deixar suas funções

precocemente. Cada vez mais, o cuidado com a infância é deixado sob a responsabilidade de creches e/ou outros substitutos.

A partir disto, introduzimos um ingrediente muito importante observado nas comunidades, uma atuação diferenciada da população que vive nas favelas. As relações interpessoais dentro destas comunidades se mostram fundamentais e os arranjos familiares se caracterizam de maneira muito particular.

No dia-a-dia da Casa da Árvore presenciamos situações nas quais é possível notar um cuidado por parte dos adultos, e dos moradores em geral, com as crianças. É comum presenciarmos pessoas que passando por nós, durante os plantões, perguntam às crianças sobre a escola, o reforço escolar, sobre os irmãos e pais. Há uma preocupação constante com as atividades e com a rotina dessas crianças.

Nos relatos que nos chegam e no nosso dia-a-dia, é possível observar que a dinâmica do cuidado aparece de forma diferenciada. Há muitos casos de famílias que, para ajudar no cuidado e na educação, acolhem crianças ou filhos de vizinhos que necessitem. Não é difícil ter conhecimento de histórias em que crianças vivam com outras famílias ou outros cuidadores que não sejam seus pais ou parentes mais próximos. O que ocorre, algumas vezes, mesmo com a presença dos pais na comunidade.

As crianças, por sua vez, também se mostram muito próximas e cuidadosas umas com as outras. É frequente termos informações sobre uma criança específica a partir da fala e das histórias trazidas pelas outras. Elas chegam nos contando o que aconteceu durante a semana, porque aquela tal criança não veio, se ocorreu algo em sua casa, entre outras situações. Além disso, é curioso observar que muitas vezes se identificam como tendo entre elas vínculos familiares quando não o possuem verdadeiramente.

É muito comum na Casa da Árvore receber crianças que se apresentam como sendo prima (o) ou irmã (o) de outra. Na tentativa de investigar e até mesmo de ajudá-los a compreender um pouco mais sobre suas vidas e histórias, sempre perguntamos sobre a origem deste parentesco. Se seus pais são irmãos, se são filhos do mesmo pai ou da mesma mãe, se moram na mesma casa. Frequentemente percebemos, ao longo das respostas e da costura que vamos fazendo delas, que o vínculo não é sanguíneo, mas puramente afetivo. Muitas

vezes por viverem na mesma casa ou próximos uns dos outros, passam a maior parte do seu tempo, seja na escola, seja quando estão brincando, acompanhados dessas outras crianças. Parece ser este o sentido de família para eles.

Além da necessidade dos pais de deixarem suas funções precocemente, acredita-se que o próprio potencial traumático do ambiente das favelas pode ser um fator para que a comunidade se organize da forma como foi descrita. As crianças que frequentam a Casa da Árvore possuem uma condição financeira muito desfavorável; além disso, o tráfico de drogas e a violência do lugar em que vivem são temas comuns no seu dia-a-dia e em seu discurso. Sua infância é rodeada por personagens violentos, cenas diárias de traficantes, policiais, armas, mortes, perdas de amigos e parentes. Essas crianças com as quais trabalhamos vivem a violência desde sempre. Não é um episódio isolado, a guerra do tráfico ocupa lugar de destaque em suas vidas.

Neste sentido, diante do que acaba de ser colocado, neste capítulo trabalharemos com esses arranjos de relações observados nas comunidades, sua importância e função para o desenvolvimento emocional da infância. Da mesma forma, investigaremos os fatores apontados como possíveis responsáveis por esta organização verificada entre os moradores.

### **3.1.**

#### **A sustentação enquanto função anti-traumática**

Retomando a noção de função anti-traumática abordada por Elisa Maria de Ulhôa, temos como uma das funções citadas pela autora o holding, conceito teorizado por Winnicott que foi desenvolvido a partir da relação mãe- bebê, do cuidado materno infantil. O autor investiga a importância dos cuidados maternos, do suporte físico e psicológico, para o desenvolvimento do sujeito, enfatizando o ambiente acolhedor fornecido pela mãe ou cuidador que ampara e sustenta o recém-nascido. De acordo com Winnicott, o holding está intimamente ligado à disponibilidade materna de satisfazer as necessidades básicas do seu bebê.

O conceito de holding está presente em toda obra de Winnicott ao tratar do percurso do desenvolvimento e dos processos psíquicos envolvidos. Na teoria winnicottiana, os conceitos vão aos poucos se entrelaçando, ligados e de certa forma dependentes uns dos outros, e se mostrarão importantes ao pensarmos no

processo de maturação do indivíduo. É desta forma que abordaremos a questão do holding, além de outros conceitos e autores que contribuem bastante para o presente capítulo.

É importante ressaltar que relações de cuidado e de holding vão ser significativas e essenciais pelo resto da existência do sujeito sendo, ao longo de sua vida, fornecida por outras relações. O ambiente de holding bem sucedido, não se restringindo a díade mãe-bebê, inclui também o pai ou um terceiro que a auxilie em sua função. De acordo com Jan Abram (1996), podemos apontar que o ambiente de holding suficientemente bom se inaugura com a relação mãe-bebê dentro da família e se expande para outros grupos sociais.

O conceito de holding se refere a um período em que o bebê depende absolutamente do outro, ele é provido pelo objeto primário que, além do suporte físico, é capaz de fornecer um suporte psicológico imprescindível para a elaboração das experiências inerentes à existência. Neste primeiro momento, o mesmo é garantido pela relação mãe-bebê a partir do que Winnicott chamou de preocupação materna primária.

Winnicott nos apresenta a preocupação materna primária como um estado, uma condição psicológica que a mãe apresenta no final da gravidez e algumas semanas após o nascimento. Por se encontrar em um momento de intensa identificação, empatia e sensibilidade com as necessidades de seu filho, a mãe possui a capacidade de fornecer ao bebê o suporte egóico necessário. A saúde do recém-nascido depende de que a mãe vivencie este estado e possa entrar em contato com seu bebê e suas demandas.

“A mãe segura o bebê (no útero, nos braços) e através do amor (identificação) sabe de que maneira adaptar-se às necessidades de seu ego. Nestas condições, e somente nestas condições, o indivíduo pode começar a existir, começar a existir para viver experiências do id.”

(Winnicott, 1950-55, p. 298)

Os cuidados fornecidos pelo ambiente neste primeiro estágio são capazes de ajudar na transformação de um ego não integrado para uma integração estruturada. O recém-nascido pode experimentar a ansiedade referente à desintegração, vivida antes da integração egóica, uma vez que possui um ambiente que o acolhe e sustenta. Ao longo do desenvolvimento do bebê, havendo uma boa

condução por parte do objeto primário, ele será capaz de experimentar momentos de não-integração sem que isso signifique o desfalecimento do mesmo. A continuidade desses cuidados primários ou a internalização dos mesmos garantirá que o sujeito chegue a se tornar uma pessoa com individualidade própria, em um “estado unitário”.

Winnicott aponta que, a partir de um holding inicial adequado, o processo de interseção psique-soma é favorecido surgindo um sujeito de existência psicossomática com um esquema corporal com uma membrana limitante e uma realidade psíquica interna. O autor indica ainda que um holding bem sucedido possibilita o despertar da inteligência com o início da mente como algo separado da psique.

Um ambiente de holding satisfatório favorece também o processo de fusão da raiz erótica com a raiz agressiva. Em *A Agressividade em relação ao desenvolvimento emocional* (1950-55), Winnicott aponta à existência de duas raízes da vida pulsional, a raiz erótica e a agressiva. O x por cento que foi injetado nas experiências do id, raiz agressiva, se o bebê teve um ambiente suficientemente bom, se fundirá à erótica. Aquilo que se funde à raiz erótica será satisfeito pela gratificação instintiva. Essa fusão é tão importante neste processo que, de acordo com o autor, deve ser vista como objetivo a ser alcançado.

De acordo com Jan Abram, 1996, a função dessa fusão pode ser entendida como a primeira teoria de Winnicott, que em 1963, no texto *O desenvolvimento da capacidade de envolvimento*, evoluirá para a “junção das duas mães”. Abram está se referindo à ideia que o autor traz, neste texto, sobre a existência, para o bebê, de duas mães, a mãe-objeto e a mãe-ambiente:

“A primeira constitui-se na mãe experimentada pelo bebê em seu estado de excitação. A segunda é a mãe que é tomada como outro pelo bebê em um estado de paz e tranquilidade. O advento dessas duas mães na mente do bebê é o fator necessário ao desenvolvimento que o torna capaz de desenvolver o sentido de preocupação.”

(Abram, 1996, p.14)

Indo mais além, Winnicott aponta que um holding adequado possibilita que seja desenvolvida a capacidade para as relações objetais, o processo de saída do estado fundido com o objeto primário para a percepção dos objetos externos, “não-eu”. É deixada a relação com o objeto subjetivo para dar entrada em uma



relação com o objeto objetivamente percebido, introduzindo assim o conceito de “viver com” na existência do indivíduo.

Winnicott indica a importância de se preservar um isolamento do self central ou verdadeiro. Para o autor, o self central está, neste primeiro momento, experimentando a continuidade de existência, adquirindo uma realidade psíquica e um esquema corporal pessoal. Neste sentido, para o alcance da saúde, se faz necessário o isolamento do mesmo longe de ameaças capazes de gerar ansiedade. De acordo com o psicanalista, as defesas mais precoces da infância ocorrem por falhas por parte do objeto primário na evitação de irritações neste isolamento.

Dentro de um limite, as irritações podem ser suportadas e assimiladas pela organização do ego; no entanto, o excesso das mesmas pode afetar o núcleo central do ego exigindo uma organização onde há o ocultamento do self central e, como defesa, o desenvolvimento de um falso-self.

Outro ponto levantado por Winnicott, ao tratar deste primeiro momento de existência do sujeito, é o do aniquilamento. A ansiedade correspondente a este primeiro estágio da vida do indivíduo diz respeito à ameaça de aniquilamento. Esta ameaça se constitui a partir da necessidade de reagir. Para o autor, no desenvolvimento saudável, há uma “continuidade do ser” que se interrompida por um evento excessivo desencadeia a reação do sujeito. Neste sentido, “reagir interrompe o ser e o aniquila”.

A noção de que um ambiente de holding é capaz de fornecer instrumentos para um bom desenvolvimento físico e psíquico também é trabalhada por Luís Cláudio Figueiredo em *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea* (2009). O autor aponta que o cuidado propicia ao sujeito a possibilidade de “fazer sentido” de sua vida e dos conflitos e angústias vividos.

O “fazer sentido” estabelece contornos, possibilita uma existência integrada e possui uma função anti-traumática quando se apresenta em oposição aos excessos traumáticos. A partir da noção de que o traumático se instaura onde não há elaboração, assimilação do ocorrido, podemos pensar que o cuidar possui uma função anti-traumática uma vez que fornece a possibilidade de “fazer sentido”, de fazer ligação onde não há compreensão.

‘... fazer sentido implica estabelecer ligações, dar forma, seqüência e inteligibilidade aos acontecimentos. Em outras palavras: fazer sentido equivale a constituir para o sujeito uma **experiência integrada**, uma **experiência de integração**. Tais experiências não se constituem se não puderem ser primeiramente exercidas, ensinadas e facilitadas pelos **cuidados** de que somos alvos.’

(Figueiredo, 2007, p. 123)

Um holding adequado é fornecido por uma mãe devotada ao seu bebê, devotada temporariamente, mas verdadeiramente. Ela atua através do amor, do afeto, que lhe capacita a identificar-se com seu bebê. Neste mesmo sentido, quando Figueiredo aborda a questão do cuidado como uma forma de auxiliar o sujeito no processo de “fazer sentido”, ele indica que o mesmo é precedido por uma apreensão afetiva do todo. A partir de um impacto afetivo global é que se torna possível o exercício de “fazer sentido”. Os afetos são os elementos principais no processo de assimilação, articulação e discriminação dos efeitos do mundo externo sobre o indivíduo.

“A relação de ‘conhecimento’ e a própria constituição organizada da experiência – campo de figuras inteligíveis e significativas – pressupõe o trabalho dos afetos: o amor – aproximação, ligação e apreensão – e o ódio – afastamento, desligamento e evitação – em suas inúmeras diferenciações estão na base de tudo.”

(Figueiredo, 2009, p. 117)

Figueiredo, ao tratar do percurso do sujeito no processo de desenvolvimento, aponta que nossa existência é permeada por rupturas, falhas e frustrações, consequências dos efeitos do mundo sobre o sujeito. “A existência humana transcorre longe da perfeição, da estabilidade e da permanência” (Figueiredo, 2007, p. 124). Sendo assim, retomando a noção do trauma enquanto estruturante e a importância do contorno externo para que o excesso não ultrapasse certos limites, voltamos a ressaltar a relevância dos cuidados e atenção fornecidos pelo outro e pela sociedade durante o processo de constituição psíquica e ao longo da vida.

De acordo com Figueiredo, uma vez que as frustrações são vividas pelo sujeito ao longo de toda sua existência, a sociedade, as relações afetivas construídas posteriormente, serão extremamente importantes para a contínua manutenção de um continuar a ser suficientemente bom.

“Exige-se, ao indivíduo e às coletividades, uma contínua atividade de ‘fazer sentido’ (corte e costura, modelagem) como forma de tessitura de um **solo humano** para a existência, de um **lugar humano** para existir – um éthos.”  
(Figueiredo, 2007, p. 124)

O ambiente tem como função, através do holding, auxiliar na assimilação da entrada no social amenizando as intrusões e falhas no desenvolvimento do indivíduo, os excessos que não são bem conduzidos pelo objeto externo podem ser traumáticos. Neste sentido, um bom ambiente de holding pode garantir a continuidade de ser, preservar o self central e protegê-lo da ameaça de aniquilamento, desta forma, verificamos sua função anti-traumática no processo de desenvolvimento.

Thomas Ogden, em *Esta arte da psicanálise* (2005), nos traz grandes contribuições a respeito do que temos abordado neste capítulo. Para o autor, o holding diz respeito à capacidade da mãe de “salvaguardar” seu bebê e sua continuidade de experiência. Ela o protegerá fazendo com que os pequenos traumas vividos não se tornem excessivos. Tendo sido bem conduzidas essas funções pela mãe, o bebê adquire a maturação que lhe possibilita assumir e internalizar a função de manter a continuidade de sua experiência de estar vivo. Desta forma, a criança consegue por si mesma criar e manter uma sensação de continuidade do ser. Este núcleo de sustentação, na saúde, é preservado por toda vida.

De acordo com Ogden, com a aquisição de uma maturidade, a função de holding deixa de ser apenas salvaguarda do tecido do continuar a ser do bebê para exercer, ao longo do tempo, a sustentação dos modos de estar vivo relacionados ao objeto. A sustentação é uma das formas posteriores do holding, que incluem também a provisão de um lugar, estado psicológico, onde o bebê pode se organizar.

O tipo mais precoce de holding físico e emocional, com o passar do tempo dá lugar ao “holding metafórico”, que diz respeito ao espaço psicológico capaz de possibilitar a organização. Segundo Thomas Ogden, esta forma mais elaborada de holding possibilita a integração. Trata-se de um momento de maior maturidade do

sujeito, desta forma, os fornecedores deste holding são outras figuras de alteridade e não apenas a mãe, objeto primário.

“Este tipo de holding é, sobretudo, um estado discreto de ‘reunir-se em um lugar’ que tem tanto uma dimensão psicológica como física. Existe uma silenciosa qualidade de self e de alteridade neste estado de estar em um lugar que não faz parte da experiência anterior do bebê de ‘continuar a ser’ (enquanto está nos braços da mãe em seu estado de preocupação materna primária).”

(Ogden, 2005, p. 125)

Com a internalização do ambiente de sustentação, o bebê poderá viver a experiência dos fenômenos transicionais e a capacidade de estar só. Tanto um processo como o outro dependem da internalização da mãe ambiente que está no processo de ser assumida pelo bebê. A criança que internaliza os cuidados e sustentação da mãe ambiente é capaz de criar um ambiente de holding interno.

A grande contribuição de Ogden está no fato de que uma mãe ambiente suficientemente boa, cumprindo o papel de ambiente facilitador, possibilita que o sujeito possa sozinho lidar com as angústias vividas, além de assumir as funções de organizar e integrar.

Vivenciamos um caso no Chapéu Mangueira que pode nos ser muito útil para trabalhar a questão apresentada.

Luiz é um menino de dez anos que procurou a Casa da Árvore acompanhado de outros meninos que vivem no Chapéu Mangueira. Observamos que Luiz era sempre muito educado e tranquilo, nos chamava de senhora e senhor e não tinha nenhum problema em compartilhar brinquedos e se juntar aos demais. Era um menino que, diferentemente dos outros, não víamos recorrer à violência para conseguir o que desejava.

Com o tempo, a partir de seus próprios relatos, começamos a conhecer um pouco mais sua história. Luiz havia perdido a mãe e vivia em Queimados com o pai e a madrasta. Era obrigado pelos dois a vender bananadas na estrada e relatava maus tratos por parte da madrasta, situação que o pai assistia passivamente.

Diante deste contexto, Luiz toma um ônibus e foge de casa. Hoje não sabemos exatamente como, mas o menino chega ao Chapéu Mangueira. Na favela, ele é acolhido por algumas famílias, que cuidam dando comida e abrigo. O

menino não ficava em apenas uma casa, tomava banho em um lugar, comia em outro e dormia em um terceiro.

Algo que muito nos impressionou na época é que as famílias que o acolheram eram conhecidas por terem pouquíssimas condições financeiras, seus filhos não iam à escola e muitas vezes vinham sujos ao projeto. Muitas vezes nos perguntávamos: como podem se disponibilizar a cuidar de mais um?

Luiz não frequentou a Casa da Árvore por muito tempo, por, mais ou menos, um mês. Neste momento, soubemos pelos outros meninos que ele havia voltado para a casa de seu pai. Mas tivemos um segundo contato com Luiz, quando retornou, desta vez com a aparência bem descuidada e com um olhar muito diferente, disse estar vivendo na rua e que só havia ido visitar o “Chapéu”. Depois deste dia, não tivemos mais notícias suas, nem mesmo pelos meninos que o levaram à Casa da Árvore.

Sair de casa e buscar outros lugares e outras formas de cuidar demonstra uma capacidade interna bastante elaborada de lidar com as adversidades. Neste sentido, podemos pensar que se trata de um menino que possivelmente recebeu um cuidado e um holding adequados quando bebê e, desta forma, desenvolveu um holding interno que lhe deu a capacidade de lidar com os sofrimentos e angústias da vida.

Este caso ilustra também a importância dos cuidados fornecidos pela comunidade ao menino, como a mesma se apresenta capaz de dar um suporte e servir de continente em algumas situações. Famílias que não conheciam e sabiam muito pouco sobre a história de Luiz se responsabilizaram por seus cuidados, puderam dar o acolhimento e o holding necessários. Talvez não estivesse ao alcance dessas famílias dar continuidade ao continente que Luiz precisava, mas certamente pelo tempo que puderam, ou que lhes foi permitido, seus cuidados foram extremamente importantes.

Christopher Bollas, em *A sombra do objeto* (1987), é um autor que também teoriza sobre as funções do objeto primário e que nos auxilia. O psicanalista nos apresenta a noção de objeto primário como objeto transformacional. De acordo com Bollas, a mãe servindo como ego suplementar ou como ambiente facilitador provê uma continuidade do ser, fornece contenção e facilita seu desenvolvimento. Neste processo, a mãe e a criança negociam

continuamente a experiência intersubjetiva o que possibilita o equilíbrio entre a demanda e a oferta de necessidades psicossomáticas. Desta forma, Bollas aponta para uma função transformacional da mãe, enquanto “outro” self da criança, em relação ao ambiente interno e externo do bebê.

Para Bollas, a mãe ambiente, que corresponde para o bebê o ambiente em sua totalidade, é mais significativa como processo, transformações internas e externas, do que como objeto. De acordo com o autor, a primeira experiência subjetiva do infante com o objeto é com um objeto que possui funções transformacionais. Um objeto transformacional é aquele que através de processo altera a experiência do self. Este primeiro objeto é experimentado, não possui uma representação objetual, mas fornece uma experiência do ser, é experienciada como um processo de transformação.

“Enquanto a mãe ajuda a integrar o ser do infante (instintivo, cognitivo, afetivo, ambiental), os ritmos desse processo – da(s) não-integração(ões) para a(s) integração(ões)- informam mais a natureza dessa relação ‘objetual’ do que as qualidades do objeto como objeto.”

(Bollas, 1987, p. 28)

Segundo Christopher Bollas, o objeto primário possui função transformacional, porque altera constantemente o meio do bebê para satisfazer suas demandas. Através da relação simbiótica o recém-nascido identifica sua mãe com as transformações e realizações de seu ser, algo que ocorre, uma vez que ela realmente transforma seu mundo. De acordo com o autor, além disso, as capacidades emergentes do ego do bebê, mobilidade, percepção e interação, também são transformadoras de seu mundo.

Com o amadurecimento, assim como Ogden, Bollas aponta que o processo transformacional é deslocado da mãe-ambiente para outros objetos-subjetivos, o que ocorre a partir da criação dos objetos transicionais. Os autores utilizados apontam para a entrada no social e desenvolvimento da capacidade de uso dos fenômenos transicionais como decorrentes de um holding suficientemente bom. Desta forma, podemos notar que a fase transicional é herdeira do período transformacional, o sujeito evolui da experiência do processo para a articulação da experiência. (Bollas, 1987)

O que foi um processo real, de objeto que transforma o ambiente do sujeito, pode ser deslocado para equações simbólicas que atenuam a perda do ambiente mãe original. “Em certo sentido, o uso do objeto transicional é o primeiro ato criativo do infante, um fato que não demonstra simplesmente a capacidade do ego – tal como o apreende – mas que indica a experiência subjetiva do infante em relação a essas capacidades”. (Bollas, 1987, p. 30)

Observamos que tanto Bollas quanto Winnicott, Ogden e Figueiredo têm sua atenção voltada para as funções do objeto primário e para sua importância no desenvolvimento e na preservação do psiquismo do sujeito nas experiências inerentes à vida. No entanto, é importante retomar que esta função é cumprida, depois da aquisição de um certo amadurecimento e inclusive antes (no auxílio da função materna), pela sociedade e por outras figuras de alteridade.

### **3.2.**

#### **A comunidade que cuida**

De acordo com Luís Claudio Figueiredo, o cuidar é extremamente importante na constituição psíquica do sujeito, possibilita o “fazer sentido”, a assimilação e elaboração das vivências inerentes à existência humana. Indo mais adiante, quando trata da questão do cuidar, o psicanalista estende a função do cuidado para figuras de alteridade que não se restringem ao núcleo familiar. Essas figuras são apresentadas como agentes de cuidado, que podem ser – os pais, o médico, o professor e outros. Este agente é um outro “englobante”, ambiente social e físico. A partir disto, transpondo essa idéia para a presente pesquisa, acreditamos ser possível pensar a comunidade como um agente cuidador.

O agente de cuidado possui como função acolher, hospedar, agasalhar e alimentar e cumprindo adequadamente seu papel, fornece um sentimento de continuidade, seja ela somatopsíquica ou relacionada às referências identitárias e simbólicas. No entanto, uma vez que, como disse o autor, a existência humana não é estável, a continuidade não está garantida, é preciso que ela seja construída e reassegurada ao longo da vida.

‘Diante dos percalços da vida – das necessidades e desejos e das relações com os outros –, a continuidade não está assegurada e precisa ir sendo construída e

reconstruída a cada passo, tarefa do agente de cuidados que dá **sustentação**: ele, para usar uma linguagem coloquial ‘segura a barra’. Frequentemente, são famílias, grupos e instituições os objetos mais aptos a oferecer **holding** ao longo da vida, principalmente quando o que está em jogo é a continuidade na posição simbólica do sujeito no mundo.’

(Figueiredo, 2007, pp. 125- 126)

Desta forma, investigando o espaço onde a continuidade é construída e reconstruída constantemente por todos os atores que estão envolvidos com a infância, pensar sobre a comunidade é fundamental. Acreditamos que a mesma possui um papel imprescindível na garantia e manutenção da continuidade de existência do sujeito que ali habita. Como apontamos anteriormente, através do afeto e das relações de cuidado o ambiente é capaz de cumprir essa função.

De acordo com Luis Claudio Figueiredo<sup>1</sup>, a criança precisa ser vista como um ser que habita e compartilha o mundo humano. Os cuidados dirigidos a ela são também fornecidos pela mesma aos seus cuidadores. Neste sentido, é necessário pensar nas práticas integradas e integradoras que circundam este sujeito em desenvolvimento. A partir do que vem sendo colocado sobre a comunidade e utilizando esta noção de práticas integradas e integradoras de Figueiredo, é possível considerá-la como um ator das mesmas. Como exemplo do que acabamos de apontar, temos os laços sociais e as ações implantadas nas favelas que podem ser pensados com práticas integradas que, através de seu exercício, favorecem a integração. Desta forma, tendo os agentes de cuidado, os laços sociais, como integrantes destas práticas, é possível entender a rica relação existente dentro das comunidades.

Retomando a contribuição de Figueiredo sobre o processo de “fazer sentido” ser precedido por um exercício afetivo e tendo como objetivo ilustrar e pensar um pouco mais sobre esta questão, será relatado o caso de uma criança que frequenta a Casa da Árvore do morro do Turano.

Flávio tem oito anos e é morador do morro do Turano, vindo de uma família muito precária, frequenta a Casa da Árvore diariamente. Sabemos muito pouco sobre sua família, sua mãe passa o dia fora trabalhando e seu pai,

---

<sup>1</sup> Ideias retiradas da conferência realizada por Luis Claudio Figueiredo no VIII Encontro Nacional sobre o Bebê e I Encontro Internacional sobre o Bebê, no dia 12 de novembro de 2010.



desempregado, é usuário de drogas e passa a maior parte do tempo dentro da favela consumindo-as.

Flávio não frequenta a escola, sabemos que foi inscrito algumas vezes, mas sempre repetia o ano ou fugia do colégio. Nota-se que o menino tem grandes dificuldades de aprendizagem e algum déficit cognitivo, não sabe ler nem escrever, não consegue nos dizer sua idade, pedindo para perguntarmos às outras crianças. Flávio possui uma enorme dificuldade de acompanhar as brincadeiras em que se exige concentração, criatividade e atenção. Por não ter nenhuma atividade fixa, vive solto pela comunidade, passando de casa em casa, brincando com as crianças na rua ou dentro da Casa da Árvore.

Em um plantão de quinta-feira, Flávio veio à Casa da Árvore vestindo apenas uma cueca. Do outro lado da rua, ele foi avistado pelas crianças, ficou parado olhando de longe para todos. Nós, psicólogos, não estávamos entendendo por que o menino se mantinha distante e não vinha, como costumava fazer, correndo para a casa.

Uma das crianças que estava na casa, entrou, pegou um pano, usado como fantasia por eles e foi correndo entregá-lo a Flávio, que se enrolou e veio até nós. Enquanto a menina levava o pano, outra criança nos contou que sua mãe o havia proibido de vestir roupas, ele só poderia sair de casa de cueca para que não fugisse da comunidade. Esta era sua punição por muitas vezes fugir de casa.

Era sabido por nós, a partir da fala de outros adultos que passavam pela casa, que Flávio apanhava constantemente por sair da comunidade. Ele ficava pelas ruas tentando ganhar dinheiro estacionando carros e, vez ou outra, tomava um ônibus para outro bairro. Quando chegava a casa, sua mãe ficava desesperada e saía a sua procura. Para que isso não acontecesse e como castigo, ela o proibiu de usar bermuda, com a intenção de que a vergonha não permitisse que o menino saísse da favela.

A mãe de Flávio confia na comunidade e que seu filho brinque livremente por ela. Apesar de parecer pouco cuidadosa em alguns momentos e de usar técnicas pouco admiráveis para lidar com o menino, ela confia em deixá-lo sob os cuidados da comunidade. Pode-se notar que a noção de comunidade é mesmo de uma unidade, pois a mãe de Flávio não o deixa sob os cuidados de uma família ou uma pessoa em particular, ele está sendo olhado por todos.

Ao mesmo tempo, a comunidade faz a sua parte sendo muito cuidadosa. Flávio é conhecido por todos, as pessoas constantemente o cumprimentam, recebe brinquedos e roupas, come na casa das pessoas e ganha biscoitos durante o dia. A comunidade cuida dele e se preocupa com seu futuro, assim como, a menina que ao ver o amigo chegar apenas de cueca, foi atenta com ele e com a vergonha que o mesmo estava passando. Com apenas um pedaço de pano foi possível que ela exercesse o cuidar.

O estreitamento dos laços sociais e afetivos na favela possibilita que as crianças circulem livremente. Em um ambiente onde o crime organizado é personagem dominante, existe um cuidado notável da comunidade. Podemos pensar que sem esse cuidado talvez a vida de Flávio fosse mais precária afetiva e emocionalmente. O cuidado e o afeto que são oferecidos ao menino lhe fornecem um ambiente onde é, de alguma forma, possível simbolizar e tentar fazer sentido sobre sua vida.

Acreditamos que se possa pensar na comunidade como um agente cuidador que ajuda no processo de fazer sentido, “processo criativo que parte do passional e primitivo na experiência humana no rumo da sua articulação e simbolização” (Figueiredo, 2009, p. 116), através do afeto. Desta forma, crê-se que seja possível afirmar que a comunidade e o arranjo que observamos nas relações podem amenizar o potencial traumático existente no ambiente através dos vínculos afetivos.

Indo mais além, Figueiredo aponta que o processo de “fazer sentido” implica sofrimento, pois, seja nas operações de desligamento, seja nas de ligação, certa violência é exercida. Tanto em uma operação como em outra, forças contrárias aos padrões já estabelecidos são colocadas. Desta forma, o sujeito se encontra, ainda que temporariamente, no “sem sentido”, no vazio, no inesperado. A partir disto, o autor aponta que o processo de “fazer sentido” só pode ocorrer no plano da cultura, uma vez que assim esse sofrimento poderia ser modulado e contido.

Para o autor, a cultura é um moderador do sofrimento que assegura o fluxo transitivo nos processos de “fazer sentido”. Os elementos da cultura entrarão como fenômenos e objetos transicionais que exercem esta função de modulação e fornecem a possibilidade de organizar, integrar e conter.

‘... os elementos da cultura exercem funções de mediação e podem modular o sofrimento excessivo evitando a interrupção do processo e dando sustentação às operações de desligar e ligar, separar e articular, possibilitando formas moderadas de separação e de reunião capazes de evitar as grandes ansiedades que podem ser evocadas em situações extremas.’

(Figueiredo, 2009, p.118)

Em *Objetos transicionais e fenômenos transicionais* (1951) Winnicott nos fornece a hipótese sobre esses fenômenos. Esses objetos e fenômenos se encontram no domínio da ilusão. “Os fenômenos e objetos transicionais, por serem a primeira possessão original não-eu, já não fazem parte do corpo do bebê, contudo, ainda não são plenamente reconhecidos como pertencentes à realidade externa” (Garcia e Damous, 2008). O bebê no período de dependência absoluta possui a fantasia onipotente de ser o criador de tudo o que percebe, a entrada dos fenômenos transicionais vão propiciar que se concretize o processo de desilusão e encontro com o mundo externo.

Esse momento de ilusão é gradualmente substituído por um período de desilusão, em que o bebê percebe a existência de um mundo externo, uma realidade inerente a ele. “A transicionalidade esboça uma área que será desenhada pelos objetos e fenômenos transicionais, com contornos mais nítidos, à medida que a mãe inicia sua tarefa de, com o passar do tempo, desiludir gradativamente o bebê.” (Garcia e Damous, 2008).

Esse período de desilusão é extremamente importante e só é possível se essa mãe tiver sido suficientemente boa, tiver fornecido o holding necessário, e se mantiver viva “dentro” de seu bebê, mesmo sendo percebida como um “não-eu”. O sujeito precisa ter internalizado de maneira adequada essa mãe para que possa passar por esse processo. Neste momento, o bebê percebe uma realidade externa e o objeto deixa de ser criado para ser encontrado.

Para que o indivíduo consiga fazer este percurso, objetos são utilizados como substitutos da mãe, ou melhor, como representantes da mesma. Os objetos ditos transicionais são eleitos pelo próprio bebê e possuem a função de tranquilizadores, produtores de satisfação, eles são fundamentais neste momento de seu desenvolvimento.

André Green, no texto *A intuição do negativo em O brincar e a realidade* (1997), retoma Winnicott e a importância dos objetos transicionais no processo de maturação do sujeito:

‘... opondo a fantasia e o fato, objetos internos e externos, criatividade primária e percepção, ele afirma que o termo ‘objetos transicionais’ refere-se a **simbolismo no tempo**. Descreve a jornada do bebê desde o puramente subjetivo até a objetividade, e parece-me que o objeto transicional (ponta do cobertor, um ursinho etc.) é o que percebemos nesta **jornada de progresso no sentido da experimentação**.’

(Green, 1997, p.71)

Em 1951, Winnicott pontua como sendo imprescindível que o paradoxo em que se encontra o bebê, quando não sabe distinguir ainda se “esse objeto foi criado ou encontrado”, não seja solucionado. Faz parte do processo que o bebê viva essa transição ilusão-desilusão, sem que seja questionado. O autor trata deste momento como sendo “uma das coisas mais difíceis do desenvolvimento humano e um dos mais cansativos de todos os primitivos fracassos que nos chegam”. Neste percurso, o bebê, auxiliado pelo objeto transicional, percebe o objeto fora da área de seu controle onipotente.

Podemos tratar dos cuidados exercidos pela comunidade como um fenômeno transicional, como um fenômeno que auxiliaria o sujeito no processo de elaboração, simbolização dos excessos vividos, das angústias e ansiedades presentes nas experiências. Acredita-se, assim, ser possível conceber a comunidade como auxiliar no processo de simbolização. Não só em um momento primário, separação mãe-bebê, mas também diante da violência e do excesso existentes neste espaço.

O conceito de “intersubjetividade transubjetiva” de Figueiredo, nos auxilia a analisar um pouco mais a função da comunidade no desenvolvimento psíquico das crianças. A intersubjetividade transubjetiva está relacionada às funções de acolhimento, suporte, continência e ligação. O campo transubjetivo corresponde ao momento inicial, àquele em que ainda estamos imersos na indiferenciação eu - outro, onde a figura de intersubjetividade é o objeto primário, e é este campo que possibilitará a construção de subjetividades. No entanto, para que o “fazer sentido” seja possível, é imprescindível a possibilidade de separação e diferenciação nesta relação intersubjetiva.

Verificamos nos textos de Winnicott um sujeito que, em seu processo de constituição e amadurecimento do self, deixa uma vivência calcada apenas no princípio de prazer para dar entrada no princípio de realidade, assim como amadurece e deixa uma dependência totalmente absoluta da mãe, onde não existe a diferenciação “eu” – “não-eu”, para depender relativamente deste ambiente. Ao longo do desenvolvimento, movendo-se em direção ao mundo, o bebê descobre e entra em contato com o ambiente. No entanto, para que este processo ocorra, seja de maneira saudável ou não, o relacionar-se com o objeto/ambiente e as experiências, incluindo as da agressividade, são indispensáveis e decisivas.

Em um texto muito importante de Winnicott sobre a agressividade, *O uso de um objeto e relacionamento através de identificações* (1969), o autor aborda essa passagem da relação de objeto para o uso dele. Enquanto esse objeto é um objeto subjetivo, criado onipotentemente pelo bebê, encontramos a relação do indivíduo com o mesmo.

“Na relação de objeto, o sujeito permite que se efetuem certas alterações no eu (self), alterações do tipo que nos levou a criar o termo catexia. O objeto tornou-se significativo. Mecanismos de projeção e identificações estiveram operando e o sujeito está esvaziado a ponto de algo seu ser encontrado no objeto, embora enriquecido pelo sentimento.”

(Winnicott, 1969, p.123)

No uso do objeto, diferentemente do que ocorre na relação de objeto, o objeto é percebido pelo bebê como autônomo e real, faz parte da realidade compartilhada como coisa em si. Não é mais criado ou é alvo de projeções do indivíduo. Contudo, é através dos impulsos agressivos que o bebê alcançará essa capacidade de perceber o objeto como autônomo e dono de sua própria vida. O bebê com sua agressividade primária destrói (fantasisticamente) o objeto. E depois de haver destruído o objeto, o sujeito o percebe como fazendo parte da realidade externa. “... depois de o ‘sujeito relaciona-se com o objeto’, temos ‘o sujeito destrói o objeto’ (quando se torna externo), e, então, podemos ter ‘o objeto sobrevive à destruição pelo sujeito’” (Winnicott, 1969, p. 126).

Com a percepção de que houve destruição do objeto (alguma pelo menos), este objeto se torna externo, está fora da área de controle onipotente do bebê, a realidade compartilhada pôde ser alcançada. Desta forma, sendo percebido fora,

tendo uma vida própria, ele pode ser encontrado e usado. Foi a destruição que o situou como um objeto não mais subjetivo, é ela que cria a qualidade de externalidade.

Porém, é importante sinalizar, que apenas com a sobrevivência do objeto à destrutividade, que esse objeto poderá ser usado. “A sobrevivência do objeto atesta para ele uma externalidade que prescinde da sua existência, pois o objeto possui a sua **própria** capacidade de sobreviver.” (Garcia e Damous, 2008). A sobrevivência do ambiente é extremamente importante para que o bebê siga adiante. “Não há raiva na destruição do objeto a que me refiro, embora se possa dizer que existe alegria pela sobrevivência do objeto.” (Winnicott, 1969, p.130). Se o bebê souber que pode destruir sem que seja retaliado por isso, ele usará esse objeto externo retroalimentando o objeto interno que se mantém vivo, real e suficientemente bom dentro dele. Assim, entrando em um mundo de realidade compartilhada.

A destrutividade constante, fantasística, alimentará, se há sobrevivência, o amor sentido pelo objeto. “Essa destruição torna-se o pano de fundo inconsciente para o amor a um objeto real, isto é, um objeto situado fora da área do controle onipotente do sujeito.” (Winnicott, 1969, p.131).

Contudo, segundo Winnicott, não é um processo, da relação para o uso, que ocorre somente devido a uma maturação do sujeito. É preciso que o indivíduo tenha desenvolvido a capacidade de usar o objeto. Para tanto, existem, como já foi apontado, fenômenos que serão inerentes ao percurso, sem os quais essa transição não ocorre, e o sujeito não desenvolve essa capacidade. Esses fenômenos são denominados de fenômenos transicionais.

Acredito que se possa pensar nos cuidados fornecidos pela comunidade já neste primeiro momento de constituição subjetiva, eles estão presentes na relação da mãe com seu bebê, nas relações existentes dentro das casas. A comunidade está ali como um terceiro que possibilita este campo transubjetivo, favorece a construção de um ambiente onde as funções de acolhimento e continência, podem ser apresentadas. Como ressalta Figueiredo, a presença implicada do outro transubjetivo é indispensável tanto para a experiência da continuidade quanto para a transformação. Este outro segura, hospeda, agasalha, alimenta e sonha junto com este ser em desenvolvimento. A comunidade se mantém presente,

sobrevivendo às dificuldades sociais ela continua inteira, possibilitando e fornecendo um ambiente para que a mãe e a família exerçam suas funções. Esta função de cuidado da comunidade, em relação à infância e à família como um todo, pode ser exemplificada e esclarecida com o caso que será relatado a seguir:

Vanessa é uma menina de oito anos moradora do Chapéu Mangueira que frequenta a Casa da Árvore há bastante tempo, ela vive ao lado da sede do projeto com sua “avó”. A menina sempre que vem à Casa da Árvore contando suas histórias, situações que aconteceram na escola ou na comunidade, passeios que fez, entre outros assuntos. Em um dia de plantão, enquanto a menina comenta sobre a avó, outra criança diz:

- Tia, você sabia que ela também é minha avó?!

Sabendo que as duas não possuem parentesco, mas ainda com certa dúvida, a psicóloga lhes pergunta:

- Mas como é isso? Vocês são primas, suas mães são filhas dela? Expliquem-me isso.

Vanessa, então, se prontifica a explicar:

- É assim, tia, ela não é mãe da minha mãe, nem do meu pai, ela é só a minha avó. Por gostar muito de mim, ela me pegou para criar. Minha mãe mora subindo aquela rua ali.

A equipe da Casa da Árvore sabia que Vanessa vivia com a avó e também conhecia sua mãe, tínhamos conhecimento de que a mesma morava quase ao lado. Esta não é uma realidade difícil de encontrar, ouvimos constantemente casos de crianças que, por seus pais biológicos não terem condições financeiras ou por estarem envolvidos com o trabalho e, até mesmo, com as drogas, vivem na casa de um parente ou de outra família que, simplesmente se ofereceu para cuidar. No entanto, pela relação que presenciávamos das duas, foi uma novidade para a equipe a resposta da menina, quando pela primeira vez lhe perguntamos sobre seu parentesco com sua cuidadora. Sua “suposta” avó era tão presente em suas falas e em nossos plantões, quando aparecia na janela para chamá-la, quando nos cumprimentava e conversava sobre sua educação e travessura, que nunca havíamos imaginado que ela era uma avó por consideração ou por cuidado. Aquela senhora que cuidava de Vanessa fazia isto por carinho e apreço pela menina, elas não possuíam vínculos sanguíneos, apenas afetivos.

### 3.3.

#### O desamparo potencializando o laço social

O desamparo encontrado nas comunidades carentes do Rio de Janeiro é conhecido por todos. A constante violência, o domínio deste ambiente pelo tráfico de drogas, gerando insegurança e medo diariamente, atinge principalmente os moradores. Além de um ambiente tomado pelo risco, as favelas possuem uma escassez de ações do estado que auxiliem no sustento básico das famílias. Diante deste quadro, que vem sendo descrito ao longo da presente pesquisa, nos é permitido pensar no potencial traumático existente.

Diante de todo este cenário, arranjos muito particulares são verificados nas relações familiares. Como dissemos anteriormente, encontramos, neste ambiente, diferentes cuidadores, a responsabilização pelo cuidado é assumida por diversos personagens. A partir disto acreditamos que se possa traçar uma relação entre o potencial traumático e os arranjos observados. Nota-se que figuras de cuidado são evocadas também a partir dessa situação de extrema precariedade. Os laços sociais se estreitam, uma vez que há a necessidade de um cuidado e atenção de todos para com todos constantemente.

De acordo com o que foi apontado por Carlos Plastino em seu artigo *A dimensão constitutiva do cuidar* (2009), um lugar para se viver significa um lugar para ser, um ambiente que é condição para a emergência do ser. É no “nós”, na morada, pátria que o indivíduo pode construir sua singularidade. É o reconhecimento mútuo, o pertencimento a um coletivo, o ser parte de uma comunidade que possibilita o vir a ser humano e de sua singularidade.

Neste sentido, utilizando o conceito de comunidade como identidade, paridade e conformidade<sup>2</sup>, podemos pensar nas identificações, na demanda que é comum aos membros da favela. É possível notar como pertencendo a todos os que ali vivem, adultos e crianças, uma necessidade de assimilação da realidade vivenciada. Angústias e sofrimentos são afetos experimentados por todos diante da realidade de violência.

Utilizando algumas contribuições de Daniel Kupermann indicadas em *Figuras de cuidado na contemporaneidade: testemunho, hospitalidade e empatia*

---

<sup>2</sup> Definição encontrada no dicionário online: <http://www.priberam.pt/dlpo/>



(2009), podemos trabalhar com a empatia como uma figura da ética do cuidado. O autor recorre a Sándor Ferenczi para tratar deste tema, traduzindo a noção de empatia que é vivida pelo analista como “sentir dentro”<sup>3</sup>. De acordo com o autor, “na perspectiva ferencziana, a empatia está referida à capacidade de se deixar afetar pelo sofrimento do outro, e também à capacidade de afetá-lo a partir das próprias experiências de convicção” (p. 203).

Desta forma, considerando que é a partir da empatia que se torna possível exercer o lugar de cuidador somado à noção de afetação mútua, apontando para uma comunidade que se identifica quanto as suas demandas e ao lugar que ocupa na sociedade, talvez se possa pensar na empatia da comunidade como um fator que proporciona o fortalecimento dos laços sociais e o cuidado entre os moradores.

Havendo uma boa relação e um “sentir dentro” saudável por parte da mãe, é fornecido ao bebê um sentimento de segurança e de que nunca será decepcionado. Desta forma, a criança poderá lidar com as frustrações e dificuldades da vida e dos conflitos inerentes aos sentimentos vivos. A partir deste cuidado, amenizam-se o inesperado, as intrusões indesejáveis e o potencial traumático contido no desconhecido do mundo. Deparamo-nos novamente, então, com a função anti-traumática do cuidado fornecido pelo outro.

É importante ressaltar que, assim como Luís Cláudio Figueiredo, Kupermann, quando trata da ética do cuidado, aborda o tema da afetação mútua acreditando que há um equilíbrio entre o que cuida e aquele que é alvo do cuidado. Os cuidados dirigidos à criança são também fornecidos por ela aos seus cuidadores. Kupermann teoriza sobre o tema apontando para a simetria que deve existir dentro de uma clínica regida por uma ética do cuidado, o encontro de línguas entre analista e analisando. No plano da afetação o analista ou quem está envolvido na relação é capaz de vivenciar os afetos e as demandas do outro. Figueiredo se utiliza da noção de “intersubjetividade interpessoal” para abordar o assunto. O autor teoriza sobre esta noção como estando relacionada às funções de reconhecer, refletir e testemunhar, neste plano poderiam se constituir relações de empatia onde há entre os indivíduos uma fina sintonia. Neste sentido, a

---

<sup>3</sup> “Sentir dentro” foi a tradução de Daniel Kupermann sobre *Einführung*, palavra encontrada no original das obras de Ferenczi.

compreensão sobre a ideia trazida neste capítulo de um cuidado e atenção proporcionado por todos, crianças com crianças, adultos com crianças e adultos com adultos, fica mais clara.

‘Supõe-se aqui que existam desde o início dois pólos (eu-outro) relativamente bem constituídos, mas suficientemente afinados para que possam participar mutuamente dos processos de discriminação-articulação mediante os quais eles se organizam e determinam reflexivamente. A ênfase nesta função de espelhamento atribui a gênese do fazer sentido à reflexividade, que dá a cada um a oportunidade de se ver pelos olhos do outro e se conhecer pela mediação deste olhar – ou desta escuta – alheio’

(Figueiredo, 2009, p. 121)

Recorrendo novamente às contribuições de Daniel Kupermann relacionadas à obra de Ferenczi, mais especificamente sobre a violência e o desmentido, podemos afirmar que a violência provoca sofrimento, mas não é necessariamente traumática. O que fará com que a violência possua êxito traumático é o desmentido, a negação ou a falta de sentido do ocorrido. A possibilidade de dar sentido, de simbolizar o fato vivenciado ajuda na elaboração e assimilação do mesmo. Para isso, o sujeito necessita do outro, do testemunho de um próximo para que o ocorrido possua algum entendimento. O sentido só é alcançado devido a um árduo trabalho coletivo.

Desta forma, podemos pensar na comunidade como este coletivo que auxilia o sujeito no processo de elaboração do potencial traumático deste ambiente em que vivem, os laços sociais mais estreitos fornecerão a confiança e a possibilidade de fazer sentido. Sendo assim, acreditamos que o estreitamento dos laços sociais na comunidade se apresentam na contramão do desmentido.

A noção de comunidade pode ser explicitada por este todo que se identifica, que é afetado mutuamente e que possui uma mesma linguagem. O encontro de línguas, existente entre a demanda da infância e a comunidade, possibilita um “encontro produtor de sentido”. Este encontro, que fornece confiança, tenta, então, contornar o desencontro entre a violência e o desamparo existentes no ambiente com o mundo infantil.

A “hospitalidade” fornecida pela comunidade à infância se torna imprescindível diante da hostilidade do ambiente. O acolhimento e a sustentação que os arranjos existentes na comunidade fornecem à infância permitem a

expressão dos impulsos de vitalidade, o processo de introjeção e a produção de sentidos.

“Por esse *laisser-faire* permite-se a tais pacientes desfrutar pela primeira vez a irresponsabilidade da infância, o que equivale a introduzir impulsos de vitalidade positivos e razões para se continuar existindo.”

(Ferenczi, 1933, p.51)

Em todos os casos e situações citadas ao longo do capítulo, observamos a empatia e a identificação se apresentando fortemente nas relações dentro das comunidades e, em decorrência disto, como o cuidado e o afeto fornecem um ambiente onde é possível fazer sentido e simbolizar as angústias. Na Casa da Árvore, enquanto estrangeiros, percebemos que há relações e formas de lidar que não participamos. Não fazemos parte daquele lugar, ainda que estejamos lá todos os dias, não sofremos em nossas casas as consequências do tráfico como eles sofrem, há uma linguagem comum a todos naquele ambiente. Neste sentido, para que o que acabamos de apontar seja melhor compreendido, citaremos uma situação vivenciada no Chapéu Mangueira:

Diversas vezes nos plantões da Casa da Árvore, enfrentamos situações de brigas e desavenças entre as crianças. Os profissionais da Casa da Árvore tentam sempre conversar e, junto com as crianças, resolver os conflitos.

No entanto, algumas vezes as brigas são tão intensas que se ouvem os gritos e a bagunça do lado de fora da casa. Quando isso ocorre, é comum que alguém da comunidade venha intervir, seja a nosso favor, seja em favor de alguma criança específica.

Em um dia de plantão no Chapéu Mangueira, uma discussão entre as crianças foi disparada quando duas delas disputavam o lugar na fila para pular corda. O desentendimento era anterior à entrada na Casa da Árvore. Naquele dia, as duas crianças já haviam brigado por motivos que não conseguiram nos explicar.

Enquanto tentávamos entender o que havia ocorrido antes, para que a briga não tomasse tais proporções, aparece uma moça com seus 30 anos na porta da casa. Em meio a gritos e xingamentos, a moça começa a falar alto e todos se calam, inclusive nós psicólogos. Ela pergunta o que foi que aconteceu. E as crianças começam a explicar ainda gritando e de forma que não se pudesse

entender muito bem. Uma de nós, tentando entender sua presença ali, vai falar com a moça e pergunta:

- Olá, tudo bem? Você conhece alguma das crianças que estão aqui?

Ela responde que sim, que uma delas é sua sobrinha e que ouviu sua voz quando passava pela casa. Preocupada com a gritaria, ela entrou para tentar resolver e ver o que estava acontecendo.

Neste momento, ela se dirige às crianças e diz:

- Não quero saber o que foi que aconteceu! Você (se dirigindo à criança que não era a sua sobrinha) não pode bater nela, pois ela é mais nova. E as duas vão parar de brigar agora para poder brincar ou vão direto para casa.

As duas crianças se calam e só escutam o que a tia está dizendo:

- Agora as duas podem pedir desculpas uma à outra e não quero mais saber de ouvir os gritos de vocês, ok?!

As duas crianças, então, pedem desculpas e voltam a brincar, ainda de “cara feia”.

Essa situação é muito comum na Casa da Árvore, pais, tios, adultos que não possuem parentesco com as crianças envolvidas e até os homens do tráfico, intervêm nas brigas e confusões. Surgem na nossa porta como um terceiro, uma autoridade que é respeitada por elas. Nós, “tias bananas”, por uma conduta clínica, intervimos de forma diferente, tentando entender o ocorrido, ajudando-os nos conflitos. No entanto, além disso, há algo nas relações dos moradores da comunidade que permite a intromissão de quem vem falar e, por outro lado, o respeito por parte de quem ouve. Algo que não fazemos parte, algo que nós estrangeiros não possuímos.

Acreditamos que o que ocorre nas comunidades não é uma substituição das funções parentais, mas que as relações construídas funcionem como uma extensão dos cuidados originais. Dessa forma, podemos pensar que, apesar de as crianças não possuírem vínculos familiares, o vínculo afetivo se apresenta forte o suficiente para que haja uma identificação parental.

‘Mas também grupos, instituições e indivíduos isolados podem nos ajudar nessas transformações, ajudando a sonhar, ajudando a dar forma, colorido, palavra e voz aos extratos mais profundos do psiquismo. Estas são formas extraordinariamente importantes do cuidar. Quando nos faltam, sofreremos com a sobrecarga de experiências emocionais obscuras e perturbadoras.’

(Figueiredo, 2007, p. 126)

Diante disto, acreditamos que haja o cumprimento de uma função anti-traumática por parte da comunidade. Ela atua como uma extensão do papel, inicialmente, cumprido pela mãe ou pelo seu substituto. A comunidade da favela de alguma forma continua a dar o suporte que foi fornecido primariamente pela mãe, e desta maneira, possibilita a elaboração e ameniza os efeitos do potencial traumático da situação em que vivem. Entendemos, assim, ser possível pensar nesta comunidade como uma *comunidade holding*.

#### 4. **A Maturidade precoce e a sabedoria como possibilidade de existência**

“Cada um de nos compõe a sua historia  
Cada ser em si  
Carrega o dom de ser capaz  
E ser feliz”  
(*Tocando em Frente*; Sater, Almir e Teixeira, Renato)

Pensando sobre a realidade das favelas e em como é viver neste ambiente, se faz necessário um estudo a respeito de seus efeitos no psiquismo dos sujeitos. Para tanto, é preciso considerar o potencial traumatizante que este ambiente possui. Viver nas favelas é um constante risco, é estar em contato, diariamente, com o medo e a insegurança. O medo de não chegar à casa ou à escola, o medo de não ver os pais voltarem, o medo de que entrar para o crime seja sua única opção na vida, faz parte da realidade das crianças que vivem nas comunidades dominadas pelo tráfico de drogas.

Desta forma, sem deixar de lado a questão colocada anteriormente, sobre o papel da comunidade, é preciso reconhecer que o ambiente da favela é extremamente difícil para se viver. Não apenas pela presença do tráfico de drogas, mas também pela precariedade de assistência social e financeira.

O poder do tráfico armado e os constantes conflitos com a polícia e as facções rivais fazem com que este cenário tenha como personagens principais - mortes, tiros e muita crueldade. Todo este contexto expõe uma imensa parte da população aos perigos e consequências do conflito armado. Esta realidade é vivida, devido à lei do silêncio que é ditada pelo poder do tráfico, de forma passiva pela comunidade. Existe neste ambiente uma atmosfera de negação ou emudecimento das reações emocionais à violência.

“O cenário das grandes metrópoles brasileiras vem sendo marcado nas últimas décadas pela presença crescente do crime organizado. (...) Invasões, tiros e cadáveres deixaram de se tornar fatos associados a guerras em terras estrangeiras para se tornarem elementos no cotidiano de grandes cidades brasileiras- o Rio de Janeiro em especial.”

(Plattek, 2008, pp. 126-127)

Além disso, a situação social que se vivencia nessas comunidades está muito distante do que chamaríamos de adequada. A condição financeira desta população não é suficiente para que, sem ações sociais, sejam garantidos bens de consumo básicos para o sustento da família, para uma moradia decente e o acesso à saúde. Ao mesmo tempo, as políticas e ações públicas de assistência a essa população são bastante precárias. Até mesmo, pela própria ocupação do tráfico de drogas, as favelas deixam de receber recursos do estado que forneceriam um bem-estar mais digno.

‘... é preciso assinalar a existência de uma violência que é estrutural. Assim, podemos entender também como violenta qualquer situação social que submeta o sujeito à fome, miséria, desigualdade, exclusão, ao desamparo, ao preconceito e dificulte o acesso à saúde, educação, moradia, segurança, ao trabalho e ao lazer. (...) O que se dá, na verdade, é que grande parcela da população sofre a violência do desamparo social e da exclusão econômica.’

(Plattek, 2008, p. 126)

Dentro deste contexto que foi descrito, há uma infância que vive, presença e que é exposta a toda esta realidade. Na Casa da Árvore, trabalhamos com crianças que nos apresentam questões e preocupações muito precoces e excessivas. É exigido delas um tipo de organização na qual não é possível sentir medo, nem tampouco reclamar a irresponsabilidade da infância. Muitas vezes, são eles, os responsáveis e cuidadores da casa e dos que os rodeiam.

Muitos autores trabalham e pesquisam sobre a infância que vive em ambientes onde impera ou imperou a violência e o terror. Abigail Golomb, psicanalista norte-americana que vive e trabalha em Israel, é uma dessas pessoas. Em seu texto *Terror na infância* (2003), são abordadas algumas consequências de uma infância vítima de guerras. A autora indica, trazendo uma importante contribuição, que há uma ordem natural no desenvolvimento do sujeito, que, se for perturbada, pode acarretar diversos efeitos neste processo.

O terror, tanto em adultos quanto em crianças, é capaz de desumanizar o indivíduo, atacar a individualização, pode gerar uma perda na identidade individual. Quando tratamos do período infantil, as consequências podem ser ainda mais prejudiciais. A infância é o momento em que a identidade está sendo desenvolvida e, por isso, uma época em que há uma vulnerabilidade maior. O

ataque à individualidade em um período como este é, sem dúvida, capaz de grandes desdobramentos.

“Tornar-se indivíduo com plenos direitos é uma tarefa primária do desenvolvimento. Qualquer coisa que domine o indivíduo e faça dele uma cifra, uma ocorrência incidental, uma estatística, uma pessoa que perde sua importância, ira atrasar, deturpar ou destruir o processo de individuação”.

(Golomb, 2003, p. 188)

Outro ponto importante se relaciona ao sentimento de segurança. Para que haja um desenvolvimento saudável, é fundamental que a criança tenha uma base segura, se sinta segura em relação a si mesma e aos outros que estão a sua volta. Como foi tratado no capítulo anterior, é preciso que exista um ambiente confiável e seguro com que ela possa contar e dele depender. Tendo isso, será mais fácil para a criança lidar com as perdas e frustrações, naturais no processo de desenvolvimento, sem maiores consequências.

No entanto, em um ambiente no qual o terror e a violência estão presentes, esse sentimento de segurança pode ser perdido ou destruído. “O terror floresce na insegurança, no desconhecido, no instável, no inesperado. Ele se nutre do imprevisível. Está à espreita em todos os cantos e não há nenhum ritual infantil que possa mantê-lo à distância.” (Golomb, 2003, p. 190) O imprevisível, o efeito surpresa, contido no terror pode ser extremamente prejudicial à infância. É o que Freud (1926) descrevia como o potencial traumático de qualquer estímulo que chegue ao aparelho psíquico sem preparação prévia, provocando uma brecha na organização defensiva sem que tenha sido acionado a tempo o dispositivo da angústia sinal.

Desta forma, não há pensamento mágico ou explicação que faça sentido e ajude na elaboração do ocorrido. Como pontua a autora, não há adulto forte o suficiente que possa proteger e dar segurança a esta criança. Assim como as crianças, os adultos que vivem nesta situação tentam desenvolver algum tipo de explicação que faça sentido e seja acolhedor nestes momentos.

“Há nisso uma certa lógica, mais ainda é pensamento mágico, um jeito de ter controle sobre uma situação incontrolável. (...) As crianças darão qualquer explicação que puderem, do seu próprio jeito, porque o mais aterrorizante é não ter explicação”.



(Golomb, 2003, pp. 190-191)

Para Abigail Golomb, a partir da necessidade inerente à infância de dar sentido a tudo o que é vivenciado, a criança lança mão de recursos muitas vezes prejudiciais, porém, necessários. Um recurso citado pela autora, que foi trabalhado no primeiro capítulo desta dissertação, é a identificação com o agressor, conceito teorizado por Ferenczi.

“As crianças assumirão - até preferem assumir – que elas causaram a violência, ao invés de viver com a sensação de que se trata de uma violência que não faz sentido. Assumirão a identidade de vítima, para não ficarem sem identidade; criarão uma história para explicar a violência e o terror, ao invés de enfrentá-los sem nenhuma explicação.”

(Golomb, 2003, p. 191)

A fim de lidar com o traumático, o sujeito utiliza diferentes recursos, mecanismos de defesa, tais como: a dissociação, a negação e o deslocamento. Tudo isso com o objetivo de dar conta do inassimilável, mas o que estamos apontando neste momento é a emergência, a necessidade de controle, domínio e apreensão do mundo ao seu redor, algo extremamente importante durante o desenvolvimento.

Como apontamos no primeiro capítulo desta pesquisa, o conceito de identificação com o agressor é trabalhado por Ferenczi como um mecanismo decorrente de uma falha ou excesso na relação. Se antes havia confiança na relação, com a falha, a criança sente-se desamparada e pode lançar mão deste processo de identificação. De acordo com Ferenczi, este processo se torna menos doloroso do que admitir a violência do outro, introjetar a culpa do agressor é menos insuportável do que reconhecer o outro como alguém que falha. Utilizando a contribuição de Golomb, talvez seja mais confortante admitir ser o autor do ato violento do que viver sem conseguir dar um sentido ao ocorrido.

“Incorporar a culpa do agressor significa não somente poupar o adulto agressor de toda responsabilidade e dano, possibilitando manter o objeto idealizado, mas também vencer a dor psíquica de ter sido objeto da agressão.”

(Pinheiro, 1995, p. 93)

Ferenczi aborda a identificação com o agressor como um mecanismo utilizado em busca da evitação de desprazer. Identificar-se com o agressor é uma forma de manter o vínculo com o adulto e não perder completamente a confiança e a ternura que existiam antes na relação. O sujeito confunde-se com a pessoa identificada e toma para si o desejo de agredir, passando assim, a ser aquele que agride. De acordo com Ferenczi, como consequência, teremos um sujeito constituído por identificações superegóicas, por um supereu não-assimilado.

‘Elas escolherão seus ídolos e figuras de identificação da sociedade, geralmente porque consideram seus pais fracos (incapazes de defender a si próprios ou a seus filhos do terror e de suas conseqüências). Eles podem se identificar com o agressor ou almejar tornar-se um homem-bomba, um terrorista – como um ideal do ego, um modo de salvar o mundo ou suas próprias almas. A agressão como defesa contra ameaças ao self psicológico, não somente contra o ser físico, é especialmente comum quando o jovem é exposto a pais imprevisíveis ou hostis, ou mesmo a outros adultos que lhe sejam significativos. As defesas de agressão e evasão podem então se tornar influências organizadoras na construção do self, na formação da personalidade.’

(Golomb, 2003, p. 192)

Utilizando essa abordagem trazida pela autora sobre as identificações como um recurso utilizado pelo sujeito para dar conta e tentar lidar com o que ocorre ao seu redor, podemos problematizar e compreender a identificação das crianças da Casa da Árvore com os homens que trabalham para o tráfico de drogas, com essas figuras de poder que comandam as favelas. A identificação com os homens que detêm o poder nos morros surge na ausência de outros atores consistentes para desempenhar essa função de referência. Função que, para ser desempenhada, necessita do respaldo de um ambiente facilitador, o que se torna mais inacessível na medida em que os adultos vivem permanentemente em desamparo social, impossibilitados de servir de escudo protetor. Muitas vezes, quando há a ausência de figuras de poder e referência dentro de casa ou quando os pais não podem (porque também estão ameaçados) servir de escudo para a defesa das crianças, vemos que os traficantes ocupam este lugar.

O “dono” do morro é visto por muitos e cumpre, na maioria das vezes, o papel de grande “pai” da comunidade, ele faz benfeitorias e impõe uma lei que, em muitos momentos, é “eficaz” dentro de uma lógica da favela. No entanto, verificamos que ocupar este lugar envolve muitas variáveis, há uma oscilação

entre um ideal a ser alcançado e admirado e uma posição que é atingida através do medo e da violência. Observamos que as famílias são em sua maioria matriarcais, nota-se claramente uma ausência paterna ou de figuras masculinas, a partir disto os homens que detêm o poder na comunidade passam a ser desejados pelas mulheres e conseqüentemente pelas crianças que veem ali uma figura para se admirar. Por outro lado, a violência cometida pelos traficantes e o abuso do poder, que adquirem ao portar armas, também são fatores que fazem com que estas pessoas sejam respeitadas e que ocupem um status na comunidade. É possível verificar essas identificações e o valor que essas figuras de poder possuem para as crianças nas próprias brincadeiras violentas, nas constantes brigas e nos personagens interpretados.

Para maior compreensão do que acaba de ser dito, utilizaremos um caso vivido em um dia de plantão da Casa da Árvore:

Dois meninos de oito anos chegam à Casa da Árvore, João e Luis. Eles logo se dirigem à caixa de Lego e começam a construir armas com o brinquedo. Uma das psicólogas do plantão se senta ao lado dos meninos e, enquanto conversa com os dois, os ajuda na produção das armas e da brincadeira.

A psicóloga lhes pergunta:

- De que vocês vão brincar?

E os meninos respondem:

- De bandidos.

E a psicóloga volta a perguntar:

- Ah, sim! E quem são vocês na brincadeira? Quais são os seus nomes?

Os meninos respondem:

- Somos traficantes tia.

Luis então comenta:

- Eu me chamo Zeca. (Nome inventado por ele.)

E João complementa:

- Eu me chamo “Neguinho”. (Nome do dono do morro onde vivem)

Neste momento, Luis se dirige a João dizendo:

- Não! Você tem que inventar um nome. Não pode ser um nome que já existe.

E assim, João responde:

- Bom, então eu sou o “dentinho”! (Mais uma vez ele fala o nome de um traficante do morro)

Luis, então, um pouco impaciente com o amigo, fala:

- Não pode ser um nome de verdade. Você tem que inventar um nome, isso é uma brincadeira!

Neste momento, vemos como João teve dificuldade de se “descolar” da realidade e entrar na fantasia da brincadeira. Lucas e a psicóloga tentam ajudá-lo neste processo, mas João se mostra tão identificado e aprisionado à realidade que vive que não consegue, mesmo depois de uma primeira explicação, entender que ali ele era apenas um menino brincando de ser bandido. Brincar de ser traficante é quase como ser um de verdade e repetir exatamente o que fazem sem a possibilidade de elaborar ou dar sentido ao que está acontecendo.

Observa-se em muitos momentos a dificuldade das crianças de criar e fantasiar a respeito da realidade em que vivem. Perguntas sobre o que estão brincando, que papéis ocupam e o que fazem nestas funções, são importantes para que as brincadeiras não sejam apenas ato e repetição da realidade que presenciam além de fornecerem a possibilidade de fazer sentido e simbolizar o que está sendo experimentado.

É natural que na infância as crianças vivam experiências de terror e medo, mas dentro de um limite e tendo sempre ao seu lado adultos que dêem um contorno e as ajudem a dar sentido a essas vivências. No entanto, como é muito bem apontado por Golomb, quando “esses escudos protetores são rompidos, a criança tem que se desenvolver em condições adversas sem a plena sustentação da família e da comunidade, já que estas estão também ameaçadas; e ela adquire defesas adultas como parte de seu dia-a-dia.” (Golomb, 2003, p. 197) Ao invés de sentirem que há um mundo adulto que está presente para ajudá-las em seu caminho, elas têm que servir às necessidades deste mundo.

Este ponto abordado por Abigail Golomb é uma contribuição muito importante para o que estamos tratando neste capítulo. Em um ambiente de muita violência e terror, as crianças precisam adquirir defesas adultas para se desenvolver, uma vez que a família, assim como as próprias crianças, vive ameaçada neste ambiente tão adverso e não pode fornecer uma sustentação plena.

Neste sentido, Golomb aponta para os efeitos transgeracionais de uma vida em um ambiente violento, a autora se refere às crianças que possuem pais, avós, ou familiares que viveram, em outra época, uma situação de conflito, como o holocausto e as grandes guerras. A conflituosa relação que esses familiares possuem com sua própria história e a dificuldade muitas vezes encontrada de lidar com o traumático, deixa aos seus filhos um legado silencioso de dor e sofrimento. Essas crianças, como foi apontado anteriormente, possuem a necessidade de dar sentido ao ocorrido, no entanto, essa oportunidade não lhes é fornecida. Por não terem sido elaboradas por seus pais, suas histórias não são contadas e não são claramente conhecidas.

‘Essas crianças também tinham necessidade de dar sentido às coisas, de entender o que lhes acontecera, de sentir que seus pais e a comunidade serviram como escudo protetor – ao menos emocionalmente. Mas a geração dos pais estava ocupada lidando com seu próprio trauma, e os filhos foram deixados no vácuo. (...) quando toda uma sociedade, ou uma parte específica dela, tem um papel a desempenhar e um trauma a ser elaborado, as crianças, que tanto dependem dessa sociedade, são deixadas de lado, porque esse papel é necessário para a sociedade, ou porque o trauma bloqueia a capacidade de lidar com os problemas dos outros.’

(Golomb, 2003, pp. 193-194)

Da mesma forma, observamos este mecanismo de servir às necessidades do mundo adulto sendo apresentado por algumas crianças que frequentam a Casa da Árvore. Há uma maturidade aparentemente precoce para suas idades, responsabilidades e preocupações características de adultos aparecem no seu dia-a-dia e em sua realidade.

Sándor Ferenczi, D. W. Winnicott e Michael Balint são autores que trabalharam este tema e contribuem bastante para sua investigação. A maturidade precoce concebida por Ferenczi, a intelectualização teorizada Winnicott e a relação filobática de Balint são pensadas pelos autores como um tipo de organização psíquica decorrentes de um trauma. Apesar de Winnicott e Balint não terem proposto o termo amadurecimento precoce, suas noções de intelectualização e relação filobática se aproximam da maturidade precoce conceituada por Ferenczi.

No primeiro capítulo, demonstramos como se dá o processo de instauração do traumatismo conceituado por Sándor Ferenczi. Neste sentido e como

consequência do êxito traumático, Ferenczi vai apontar que se não houver uma dominação da fragmentação inevitavelmente causada pelo trauma, ocorre a instalação de um supereu não assimilado, chegando assim a uma forma de personalidade clivada, feita unicamente de id e supereu, que não se afirma nem em caso de desprazer. O autor, para ilustrar as consequências de um traumatismo, faz uma analogia muito esclarecedora:

“Num quarto onde existe uma única vela, a mão colocada perto da fonte luminosa pode obscurecer a metade do quarto. O mesmo ocorre com a criança se, no começo de sua vida, lhe for infligido um dano, ainda que mínimo: isso pode projetar uma sombra sobre toda a sua vida.”

(Ferenczi, 1927, p. 5)

O supereu não assimilado é, para Ferenczi, um supereu constituído por transplantes estranhos (conteúdos externos causadores de desprazer), leis e proibições arbitrárias que são introjetados (por exemplo, a culpa não reconhecida pelo adulto) pelo agredido durante a situação em que ocorreu o trauma. Desta forma, Ferenczi concebe este supereu como o lugar intrapsíquico ocupado pelo agressor.

“No princípio, teme-se a punição, depois identifica-se com a autoridade que pune. Pai e mãe reais podem então perder a importância que tinham para a criança, já que ela estabeleceu em si mesma uma espécie de pai e mãe interiores.”

(Ferenczi, 1927, p. 11)

Para ele, o êxito do trauma, assim como, a consequência do desmentido, é a clivagem ou cisão da personalidade. Este supereu não assimilado não se integra ao resto da estrutura do sujeito. “A severidade excessiva pode acarretar prejuízos para a criança por toda a vida, dotando-a de um superego demasiado rígido.” (Ferenczi, 1927, p. 12).

Como consequência desta constituição cindida, tendo como componente psíquico este supereu não assimilado, Ferenczi aponta, em *Confusão de línguas entre os adultos e a criança* (1933), de dois “tipos” de personalidades nestes sujeitos. De um lado, uma personalidade regressiva, na qual se encontra um sujeito que sofreu uma transformação, passou de criança terna a ser um traumatizado culpado, introjetou a culpa do adulto. Agora, obedece

mecanicamente a “vontade estranha” (decorrente dos transplantes estranhos) do agressor, que neste momento é integrante de sua própria personalidade. “A criança de quem se abusou converte-se num ser que obedece mecanicamente, ou que se fixa numa atitude obstinada; mas não pode mais explicar as razões dessa atitude.” (Ferenczi, 1933, p. 103).

O outro tipo de personalidade, que é a que mais nos interessa nesta pesquisa, seria a progressiva, em que o sujeito traumatizado é obrigado a amadurecer precocemente na tentativa de lidar com os transplantes estranhos, uma “progressão traumática”, o que ele chama de “bebê sábio”.

‘Uma aflição extrema e, sobretudo, a angústia de morte, parecem ter o poder de despertar e ativar de súbito disposições latentes, ainda não investidas, e que aguardavam tranquilamente sua maturação. A criança que sofreu uma agressão sexual pode, de súbito, sob a pressão da urgência traumática, manifestar todas as emoções de um adulto maduro, as faculdades potenciais para o casamento, a paternidade, a maternidade, faculdades virtualmente pré-formadas nela.’

(Ferenczi, 1933, p. 104)

Além desses dois “tipos” de personalidades encontradas no texto de Ferenczi, o autor indica um terceiro meio de “prender” a criança (Ferenczi, 1933, p. 105). É o que ele chama de “terrorismo do sofrimento”. A criança, diante de uma incapacidade dos pais de lidar com seus problemas, assume certos papéis que não dizem respeito a ela. Obrigações que deveriam ser assumidas pelos pais, passam a ser responsabilidade do filho, que cumpre o que é pedido na tentativa de manter o vínculo e poder desfrutar de uma ternura anterior. A criança se torna assim um auxiliar dos pais, um substituto materno.

O sucesso, o êxito, do processo traumático resulta em um sujeito cindido, transformando “um ser que brinca espontaneamente, e com toda inocência, num autômato, culpado do amor, e que, imitando ansiosamente o adulto, esquece-se por assim dizer de si mesmo.” (Ferenczi, 1933, p. 106). Por fim, temos um sujeito que tem projetada em sua vida uma sombra que talvez o acompanhe para sempre.

Seguindo o mesmo caminho, Winnicott vai abordar a questão do desenvolvimento intelectual precoce, ou intelectualização, como uma alternativa encontrada pelo sujeito para se proteger do mundo externo.

De acordo com o autor, o corpo e a psique se desenvolvem juntos, se encontram em um processo de mútuo-relacionamento. O autor postula um corpo

em que a psique e o soma não são distinguidos um do outro, mas isso em um período precoce do desenvolvimento. No entanto, em um desenvolvimento saudável, teremos, “em um estágio posterior, o corpo vivo, com seus limites e com um interior e um exterior, que é sentido pelo indivíduo como formando o cerne do eu imaginário.” (Winnicott, 1949b, p. 334).

Para Winnicott, a mente não existe em um desenvolvimento normal enquanto entidade. Ela é apenas um caso especial do funcionamento do psicossoma e é concebida enquanto especialização da parte psíquica do psicossoma. A mente, que busca a todo o momento um ambiente perfeito, se originará no funcionamento instável do psicossoma, que tenta se proteger das ameaças ao seu ser. Para ele, “uma das raízes da mente é o funcionamento variável do psicossoma, sempre às voltas com as ameaças à continuidade do ser que acompanham a falha da adaptação ambiental (ativa).” (Winnicott, 1949b, p. 335).

Após sofrer, em decorrência do trauma, uma ruptura no seu continuar a ser, será exigido do bebê que ele se adapte ao ambiente. O indivíduo precisará reagir e assim não estará seguindo seu curso natural, não estará “sendo”. De acordo com Winnicott, isso pode acarretar uma falsa integração, uma forma de pensamento abstrato que não seria natural, “falso self”. Para o autor, pode haver um desenvolvimento intelectual precoce ou um fracasso no desenvolvimento do intelecto.

“Esse desenvolvimento intelectual é um problema, pois deriva de um estágio demasiadamente precoce na história do sujeito, sendo, portanto patologicamente desvinculado do corpo e de suas funções bem como dos sentimentos, impulsos e sensações do ego total.”

(Winnicott, 1949a, p. 267)

Neste sentido, o trauma, ou seja, a necessidade de reagir a intrusões ambientais acarreta uma hiperatividade no funcionamento mental, e conseqüentemente a oposição mente – psicossoma. Como reação ao excesso, e às intrusões, o pensamento do sujeito (mente) passará a cuidar do psicossoma, tentando defendê-lo de futuras reações. Em um desenvolvimento natural e saudável, é função do ambiente cuidar do psicossoma, mas havendo necessidade a mente se ocupará dessa função.



‘(...) é em relação à linha de fronteira entre as fases de reação intolerável que o intelecto começa a funcionar como algo distinto da psique. É como se o intelecto colecionasse as intrusões às quais foi necessário reagir e as guardasse detalhadamente e em seqüência, protegendo desta forma a psique até que seja restabelecido o estado de continuar a ser. Numa situação mais especificamente traumática o intelecto desenvolve-se excessivamente, e pode mesmo tornar-se aparentemente mais importante que a psique, e depois do nascimento pode continuar a esperar e mesmo ir de encontro às perseguições, a fim de colecioná-las e preservá-las ainda no intuito de proteger a psique.’

(Winnicott, 1949a, p. 274)

Compartilhando de idéias parecidas às dos dois autores citados acima, pensando no trauma como uma falha que ocorre na relação do sujeito com seu entorno, Michael Balint vai teorizar sobre algumas consequências trazidas para o psiquismo do sujeito.

Em seu livro *A falha básica* (1968), mais especificamente no texto *A área da falha básica*, Balint aponta a dimensão de uma falha que ocorreu em um momento muito precoce da vida do sujeito. A falha, ou evento traumático, está ligada à base do sujeito, em um nível mais elementar do desenvolvimento do indivíduo. Esta falha teorizada pelo autor está relacionada à área da psicologia bipessoal, é anterior ao nível edipiano, e não apresenta exatamente um conflito, mas uma enorme angústia, sentimento de que alguém se descuidou dele. Para Balint, se trataria de uma falta de adaptação entre a criança e seu entorno, ambiente cuidador.

Como consequências desta falha básica, Balint nos fornece dois tipos de relações de objeto que o sujeito assume na tentativa de apaziguar um grande sentimento de angústia. Primeiramente, o autor vai tratar do tipo de relação onofílica. O sujeito, tomado por uma forte angústia, investe libidinalmente e se prende aos objetos sentindo-os como seguros e tranquilizadores, enquanto que sem eles se sente ameaçado e inseguro. Desta forma, para Balint haveria dois desdobramentos para este tipo de relação objetal, uma seria um superinvestimento e superavaliação do objeto e a outra seria uma inibição no desenvolvimento de habilidades pessoais que possam tornar o sujeito independente de seus objetos.

O segundo tipo de relação objetal é a relação filobática. Neste tipo de relação, o investimento primário é direcionado às expansões sem objeto, que trazem segurança ao sujeito, enquanto que os objetos representarão perigo e serão

evitados. No filobatismo, é verificado um superinvestimento nas funções do próprio ego, desenvolvendo assim capacidades que possibilitam o sujeito manter-se sozinho, expandir-se sem a ajuda de objetos. No entanto, de acordo com Balint, no filobatismo, o indivíduo pode ter grandes dificuldades em suas relações objetais.

‘Para conseguir isto, o indivíduo precisa desenvolver algumas capacidades pessoais – ou seja, seu ego - para conservar ou recuperar a liberdade de movimentos e a harmonia com expansões sem objetos, tais como montanhas, desertos, mar, ar, etc., todos pertencentes à categoria de objetos primários em potencial – ou, mais corretamente, substâncias primárias – porém, *pari passu*, suas relações podem ficar obstaculizadas.’

(Balint, 1968, p. 63)

Este segundo tipo de relação é o que mais nos interessa neste trabalho, pois acreditamos ser, de alguma maneira, comparável à maturidade precoce e à intelectualização citadas anteriormente. A fragmentação egóica terá como consequência a necessidade de um investimento em uma parte do ego, que vai tentar proteger a outra e todo o resto do psiquismo. Neste sentido, vemos se formar um supereu não assimilado (Ferenczi), um falso self (Winnicott) que busca a todo custo uma possibilidade de vida, ainda que isto signifique o sacrifício do seu verdadeiro eu. Desta forma, por parte do sujeito, há um afastamento do objeto, uma aparente independência dos cuidados do ambiente, que terá resultados muitas vezes custosos para seu desenvolvimento.

A principal questão deste capítulo, a infância que é atravessada pelo traumático e que necessita, para sobreviver, amadurecer antes do tempo, foi também apontada por Françoise Dolto. Em 1995, no livro *Solidão*, a psicanalista escreve *Eu - minha mãe lhes dou bom-dia!*, texto em que trabalha, principalmente, a função materna e sua relevância para o desenvolvimento infantil. A autora apresenta a importância de um continente, fornecido pelo adulto, para que a criança desenvolva a capacidade de estar sozinha, cuidar de si e sentir-se segura.

Em *Eu - minha mãe lhes dou bom-dia!*, Dolto, a partir deste contexto, expõe sua opinião sobre a situação de algumas crianças no Brasil:

‘O Estranho: Voltando à nossa história da mãe, é nesse momento, portanto, depois de adquirir essa dinâmica centro-periferia, que a criança está em segurança, que começa a poder estar “sozinha”.

A Praticante: Ela começa a não estar nunca sozinha, mesmo quando está sozinha. O mundo tem sentido para ela.

O Estranho: Mas, justamente, é aí que ela se dá a possibilidade de não depender do colo da mãe.

A Praticante: Ela não depende mais desta ou daquela pessoa. Precisa da sociedade, mas tem fé em si mesma.

O Estranho: Isso me faz pensar na diferença que há entre as crianças que crescem nas cidades e as do interior. No Brasil, por exemplo, as crianças são simplesmente seres humanos responsáveis por si mesmos, sem recorrer a mãe ou a pai.

(...) O Estranho: A gente vê que são quase adultos com a idade de seis anos. Entendem tudo. Por estarem praticamente, não jogadas na rua, mas em contato logo de cara com o mundo visível e variado, elas se estruturam bem mais depressa.

(...) Das crianças que passam, a natureza vira mãe. E elas próprias são “eu - minha mãe em mim”.

É por isso que, no início, quando têm de dezoito meses a quatro, cinco anos, é tão grande a confiança em todo mundo. Sentem-se como o adulto, tanto o menino quanto a menina. São: ‘Eu - com minha mãe adulta dou bom-dia’.

(Dolto, 1995, pp. 78-79)

A citação acima traz uma importante contribuição para a discussão que vem sendo desenvolvida neste capítulo. A psicanalista apresenta as crianças do Brasil como quase adultas ou crianças que entendem tudo. Tal argumento é justificado com o fato de que estão “em contato logo de cara com o mundo visível e variado”.

A partir disto, é possível investigar: Que mundo visível e variado é esse que Dolto imaginou ou, em algum momento, presenciou? Será que o ambiente que retratamos nesta pesquisa não está muito próximo deste mundo relatado pela autora?

As principais questões que deram início a esta pesquisa estão relacionadas aos efeitos de se estar inserido em um ambiente como as favelas do Rio de Janeiro. Um mundo onde a violência, os conflitos, a desigualdade e exclusão social são escancaradas, onde os limites inclusive físicos entre as moradias são praticamente inexistentes tornando a privacidade e a individualidade um bem quase supérfluo. Que repercussões este mundo visivelmente variado, cruel em muitos momentos e difícil de ser descrito em muito outros, possui para os que convivem ali?

Muitas das famílias que chegam à Casa da Árvore, por viverem imersos nesta realidade das favelas, são, muitas vezes, desejantes de cuidados. Os pais possuem, em sua maioria, a necessidade de deixar sua função materna e paterna para retornar ao trabalho e dar conta do sustento. Desta forma, confiam suas crianças aos cuidados de parentes, vizinhos ou irmãos mais velhos que cumprem esse papel. As crianças desde muito cedo se responsabilizam por seus irmãos mais novos e pela casa.

Como foi colocado por Lulli Milman<sup>1</sup>, toda essa situação vivida influencia o modo de cuidar e estar com os filhos, não é possível e, muitas vezes, permitido brincar, conversar, doar um tempo maior às crianças. A infância passa a ser um período que não é muito valorizado, não é visto como uma época que necessita de atenção e cuidado especiais.

Neste sentido, podemos retomar a contribuição feita por Françoise Dolto. Verificamos que o enquadre em que estão inseridos os sujeitos com quem trabalhamos exige uma “ausência” dos pais e, conseqüentemente, a introjeção, por parte das crianças, de comportamentos e ações mais maduras. As crianças se apresentam ao mundo como: “Eu – com minha mãe adulta dou bom dia”.

A partir disto, acreditamos que se possa pensar neste desamparo vivido pela comunidade como um dos motivos pelos quais existe a ausência de um cuidado e um investimento maior na infância. Deparamo-nos assim com fatores que atingem fortemente a infância. Tanto a violência existente no ambiente das favelas quanto a necessidade dos pais de deixarem suas funções precocemente, podem ser considerados como excessivos para um sujeito em desenvolvimento. Estes são fatores estão intimamente ligados: a “violência estrutural” existente no ambiente atinge esse cuidador que, de alguma forma, se encontra impossibilitado de exercer suas funções. Este adulto que poderia ajudar na elaboração e na assimilação do excesso não encontra condições de fazê-lo.

Sem esquecer o tema trazido no capítulo anterior, sobre a comunidade que possui um potencial de contenção para esse excesso vivido. É preciso reconhecer que o contexto violento deposita uma grande e excessiva responsabilidade sobre

---

<sup>1</sup> Ideias retiradas da conferência realizada por Lulli Milman no encontro *Órfãos de Pais vivos* em 26 de setembro de 2009 na PUC - Rio.

as crianças e, desta forma, exige-se das mesmas que se desenvolvam e se movimentem em direção à vida, amadurecendo precocemente.

É preciso introduzir agora uma discussão importante para a continuação deste tema. Quando, nesta pesquisa, é abordada a questão do amadurecimento precoce, busca-se tratar a mesma sem que se encerre em uma categorização de uma estrutura saudável ou patológica. Ao mesmo tempo, acredita-se que este seja um processo imprescindível para a sobrevivência de um indivíduo dentro do ambiente que descrevemos.

Para continuar em direção à vida, o sujeito recorre a mecanismos de defesa e a estratégias para lidar com a desorganização psíquica e social. Neste estudo, acredita-se que a maturidade precoce se desenvolva enquanto uma estrutura que busca a integração e alguma possibilidade de existência. Deparamo-nos com crianças criativas, que brincam, que são capazes de simbolizar e que, acima de tudo, possuem uma estruturação psíquica.

A psicanalista Teresa Pinheiro, comentadora e especialista na obra de Ferenczi, aborda essa questão da maturidade precoce na teoria do autor de uma forma que muito interessa a esta pesquisa. Para a autora, é devido ao esforço para superar o sofrimento e a angústia decorrentes do trauma que a maturidade é adquirida. Quando foi preciso, o sujeito teve a “sabedoria de progredir traumáticamente”.

“‘Inteligência’ é uma palavra pequena para um trabalho tão árduo. Sabedoria de estar ao mesmo tempo dentro e fora. Tantas medidas a tomar, tantas coisas para supervisionar, ela é como uma máquina que, para funcionar direito, deve estar longe das emoções (sentimento que deixa para a outra parte do ego).”

(Pinheiro, 1995, p. 96)

Assim como Winnicott trabalha o tema da intelectualização sendo uma especialidade da mente que em decorrência do trauma busca um “ambiente ideal” na tentativa de proteger o psicossoma de ameaças ao seu ser, Pinheiro aponta o amadurecimento como tendo uma função protetora.

‘A sabedoria é, portanto, a característica da parte que se tornou adulta e protetora. É a ela que cabe a tarefa de ficar providente para não ser mais surpreendida e amedrontada. Está incumbida também de impedir novos assassinatos ao nível do

ego, de manter na tumba, custe o que custar, a parte dita ‘morta’, de estar alerta a tudo e a todos e não deixar nada balançar o frágil equilíbrio de que é guardião.’  
(Pinheiro, 1995, p. 96)

Quando Winnicott aborda a questão dos efeitos do trauma desestruturante, aponta que um desenvolvimento intelectual precoce pode acarretar uma falsa integração, o que ele chama de “Falso self”. Para o autor, o falso self é causado por uma falha excessiva nas primeiras relações objetais. A mãe, objeto primário, não foi suficientemente boa e não soube responder de forma adequada às necessidades e à onipotência de seu bebê. De acordo com o psicanalista, o falso self possui uma natureza defensiva, sua função é a de ocultar e proteger o verdadeiro self.

Ao mesmo tempo, em seu texto *Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self* (1960b), Winnicott indica que o falso self possui graus. São apontados níveis de falso self, desde o que estaria ligado à necessidade de adaptação ao ambiente, uma forma dentro da normalidade de conciliação às demandas sociais, até um nível mais extremo que está relacionado a uma cisão completa, um falso self submisso que oculta o self verdadeiro.

A partir disto, pensando sobre a questão que estamos tratando, podemos trabalhar o amadurecimento precoce como estando dentro de um desses níveis teorizados por Winnicott. Como foi dito, no grau mais forte de falso self, ele se implanta como real e oculta completamente o self verdadeiro, em um grau equivalente a normalidade o falso self representa a atitude polida necessária para a entrada no social. De acordo com o autor, um lugar na sociedade não pode ser atingido com o self verdadeiro isoladamente. Entre estes graus existem variações de falso self, um deles é definido por Winnicott da seguinte forma:

“O falso self defende o self verdade; o self verdadeiro, contudo, é percebido como potencial e é permitido a ele ter uma vida secreta. Aqui se tem o mais claro exemplo de doença clínica como uma organização com uma finalidade positiva, a preservação do indivíduo a despeito de condições ambientais anormais.”  
(Winnicott, 1960b, p. 131)

Esta é uma variação de falso self que se desenvolve a partir de uma necessidade de proteção ao self verdadeiro. Neste sentido, acredito que se possa relacionar a questão do amadurecimento precoce, conforme temos definido, com

este grau de falso self. Na busca por preservar uma parte do ego, o sujeito desenvolve como recurso a maturidade precoce.

No dia-a-dia da Casa da Árvore, vivenciam-se situações em que as crianças apresentam de forma clara a questão do amadurecimento precoce que estamos tratando. Um primeiro exemplo disto está no fato de em nosso próprio trabalho elas se apresentarem como protagonistas e relatores de suas histórias.

O trabalho psicanalítico com crianças possui alguns pontos considerados fundamentais. Um deles é a presença dos pais ou algum responsável que possa falar e contar para o analista a história e as dores daquele sujeito em desenvolvimento. É muito importante a presença de um adulto que traga consigo as origens daquele que ainda não pode responder por elas. No entanto, na Casa da Árvore, esse ingrediente fundamental do trabalho com crianças, muitas vezes, falta.

A princípio, assim como acontece na Maison Verte, havia uma regra na Casa da Árvore de que as crianças só poderiam frequentar o espaço acompanhados de seus pais. Buscava-se seguir o modelo original, só era permitida a entrada de crianças de até três anos e que estivessem acompanhadas de um responsável.

Porém, era muito difícil que os pais acompanhassem seus filhos, o mais comum era que crianças viessem sozinhas ou acompanhadas por outra um pouco mais velha. Diante disto, esta regra foi revista e passou-se a aceitar que crianças de 6 a 12 anos frequentassem o projeto desacompanhadas. Ainda assim, foi preciso manter a obrigatoriedade do acompanhamento de crianças de até seis anos de idade, fosse pelos pais ou de outra criança mais velha que pudesse assumir o papel de cuidador.

O fato de as crianças participarem ou circularem sozinhas pela comunidade pode ser perturbador e angustiante em muitos momentos. No entanto, de acordo com o que trabalhamos no capítulo anterior sobre a comunidade e as relações que naquele ambiente se constroem, fica mais acessível a ideia de que crianças passem a maior parte de seu tempo “soltas” pelo espaço da favela. O cuidado que é fornecido pela comunidade e a necessidade dos pais de se ausentarem de suas funções permitem a compreensão da chegada desacompanhada à Casa da Árvore.

Desta forma, como muito bem contribuiu Lulli Milman em sua apresentação no encontro *Órfãos de pais vivos*, na Casa da Árvore se trabalha com crianças sem a presença e conseqüentemente o discurso de seus pais. As crianças precisam se apropriar de suas histórias e os psicólogos precisam trabalhar com isso que lhes é oferecido. O trabalho existe e é feito a partir do discurso desses pequenos sujeitos, ajudando-os a construir e dar sentido às suas vivências. Eles se responsabilizam por seus desejos e por contar ao mundo suas experiências e suas origens. Como dissemos, encontramos na Casa da Árvore crianças capazes de dizer: “Eu - com minha mãe adulta dou bom-dia”.

‘Não somente a criança não depende mais de um objeto intermediário, mediador, como também transforma o desprazer dessa ausência em prazer de tornar-se ela mesma o objeto mediador do adulto. Condenada a cuidar dos adultos que a rodeiam, a criança, por esse exercício materno, garante o prazer de se sentir vencedora. Nega para sempre o desprazer que experimentou antes de instalar nela o adulto que lhe fez tanta falta.’

(Pinheiro, 1995, p. 94)

A partir disto, é possível perceber que muitas crianças da Casa da Árvore precisam dar conta de suas histórias e suas experiências sem um adulto diretamente ao seu lado ajudando nesse processo. Vive-se no dia-a-dia do projeto uma situação que pode ajudar na compreensão do que acaba de ser colocado.

A maioria das crianças que frequentam a Casa da Árvore possuem as peles marcadas e também muitas cicatrizes e feridas que demoram a cicatrizar. Essas feridas, na maioria das vezes, saram sozinhas, não há o auxílio de qualquer remédio ou “band-aid”. A partir de suas falas, notamos que em suas casas faltam esses instrumentos. É quase um privilégio para muitos deles as ferramentas que são utilizadas para proteger e cuidar dos machucados.

Quando uma criança se fere durante os plantões, utilizamos um kit de primeiros socorros (mertiolate, água oxigenada, “band-aid” entre outros recursos) para tratar dos machucados. Nestes momentos, é muito comum que as crianças nos perguntem como aprendemos a fazer isso, dizem que nunca foram cuidadas daquela forma ou querem saber se somos pais e mães de alguém. Frequentemente, eles fingem estar machucados ou, ao ver outra criança sendo cuidada, pedem para fazermos curativos e tratar de cicatrizes e marcas existentes há tempos.



Acredito que esse processo de cicatrização de seus machucados possa ser comparado à situação que vivem. Sem cuidados extras, sem um outro ao seu lado auxiliando constantemente na elaboração de seus conflitos e angústias, eles encontram uma forma de cicatrizar essas feridas. Esses ferimentos, à sua maneira, foram curados, da mesma forma, as crianças buscam suas alternativas para cicatrizar suas dores. Amadurecer precocemente é uma necessidade e uma estratégia para lidar com a desorganização social em que vivem.

Recorrendo à origem da palavra “Pensar”, verificamos que dentre os seus sinônimos está o verbo “cuidar”. Sua definição é vasta, mas uma delas é bastante interessante para o tema que está sendo tratado, “fazer curativo”<sup>2</sup>. Pensar é tratar cuidadosamente, adequadamente (Figueiredo, 2010)<sup>3</sup>, convenientemente. A partir disto, retomando a teorização de Winnicott, o amadurecimento precoce ou intelectualização como uma forma elaborada do pensamento, uma especialização da mente, acredito ser possível abordá-lo como a aplicação de um curativo. Amadurecer antes do tempo adequado é também uma forma de, sabiamente, cuidar de si, de “fazer curativo” nas feridas internas, subjetivas, vividas pelo sujeito.

Ao mesmo tempo, sem o cuidado e auxílio necessários no processo de cicatrização, tanto os conflitos da infância quanto as feridas deixam suas marcas no corpo dessas crianças. Assim como o desmentido teorizado por Ferenczi, a falta do outro que fornece o contorno e o sentido aos eventos traumáticos, pode deixar marcas para o resto da vida. Os psicólogos da Casa da Árvore, da mesma forma que cuidam de feridas já cicatrizadas e daquelas que acabam de acontecer, ajudam, como ocorre no processo analítico, na elaboração das vivências e dos conflitos infantis.

“Na abordagem ferencziana, somente o corpo guardou a lembrança do trauma e é ele que se expressa nos silêncios do paciente durante a sessão analítica. A voz que se cala, assim como as representações do evento traumático, deixa o corpo se expressar, e são as palavras deste corpo que o analista deverá escutar.”

(Pinheiro, 1995, p. 97)

---

<sup>2</sup> Definição encontrada no dicionário online: <http://www.priberam.pt/dlpo/>

<sup>3</sup> Conferência realizada por Luis Claudio Figueiredo no VIII Encontro Nacional sobre o Bebê e I Encontro Internacional sobre o Bebê, no dia 12 de novembro de 2010.

Relataremos agora alguns pequenos casos que talvez possam ilustrar um pouco do que acaba de ser dito.

**Caso 1:** Vera é uma menina de oito anos, que vivia em um convento e voltava para casa nos finais de semana e nas férias. Em um dia de plantão da Casa da Árvore foi questionada por uma das psicólogas sobre como era sua vida no convento. Vera, que constantemente trazia queixas e situações vividas ali, disse que não era um bom lugar, que tinha muitos afazeres domésticos e que era muito repreendida pelas freiras. No entanto, neste dia ela disse algo além das situações que não lhe agradavam, disse saber que, para seu futuro, era melhor que vivesse ali a ter que viver na favela. Complementa também que vivendo no convento existe uma possibilidade de ser alguém na vida, enquanto que na favela só poderia ser “mulher de bandido”.

Naquele momento, ficamos muito impressionadas com a segurança de sua fala e com a relação que Vera parecia ter com aquela realidade. Percebemos ainda que sua fala pudesse ser a reprodução de algo já escutado anteriormente, o futuro dessa menina de apenas oito anos já era uma preocupação real.

**Caso 2:** Carlos é um menino de três anos e o mais novo de cinco filhos. Durante um plantão na favela do Turano, quando tudo corria bem, Carlos pede a uma das psicólogas para que o acompanhe até o banheiro. Quando desciam a rua em direção a casa onde fica o banheiro, começa um tiroteio na favela. A psicóloga comenta o fato e, apressando os passos, pergunta ao menino se este sente medo. Carlos responde negativamente sua pergunta e continua a acompanhá-la. A psicóloga, então, lhe diz que sente medo e que se preocupa com o que pode acontecer. Neste momento, o menino diz a ela que não precisa sentir medo, pois ele cuidará dela.

Assim como neste caso, na Casa da Árvore nos deparamos frequentemente com o fato de as crianças parecerem estar impossibilitadas de sentir e negarem, de forma necessária, o medo e o perigo que existe em se viver ali. Além disso, é possível ver, mais uma vez, como esse lugar ideal de cuidador e protetor é constantemente ocupado. O que muitas vezes tentamos fazer é, através das palavras, legitimar seus sentimentos.

**Caso 3:** Este terceiro caso é um pouco nebuloso, já que as meninas nunca falaram abertamente sobre isso. Durante alguns plantões da Casa da Árvore,

Maria e Mariana duas irmãs de dez e oito anos, nos trazem a história de sua irmãzinha mais nova. Era um bebê, uma menina que tinha meses de nascida. Ela dormia em uma cama e não num berço, devido à falta de espaço. Maria era a responsável por cuidar deste bebê, ela sempre ia checar se a irmã estava bem, pois a mãe saía muito cedo para trabalhar e passava quase o dia todo fora de casa. Um dia Maria foi verificar se estava tudo bem com a irmã e a encontrou embaixo da cama "roxa". A hipótese trazida pelas crianças é de que a menina tenha se asfixiado durante a noite com os próprios lençóis. Não sabemos bem como foi, se a mãe tinha saído de casa antes de ver a filha, quem dormia na cama com o bebê, os elementos completos da situação. Sabemos apenas que Maria foi a primeira a encontrá-la.

Esta história nos foi relatada por Maria com um nítido sofrimento, mesmo não sabendo ou não podendo nos contar exatamente como aconteceu o fato, o peso de ser a cuidadora e a dor de ser a possível responsável pela morte da irmã ficam claros em sua fala.

**Caso 4:** Verônica é uma menina de cinco anos que mora ao lado da Casa da Árvore do Chapéu Mangueira. Ela é a mais nova de uma família bem grande, todos os seus irmãos, frutos de relações anteriores de seus pais, são muito mais velhos. Apenas um deles, Tadeu, é filho do mesmo pai e mãe.

Tadeu frequenta a casa há bastante tempo. Antes de completar seis anos, vinha sempre acompanhado de sua mãe e depois disto passou a vir sozinho. Há um ano mais ou menos, Verônica começou a frequentar a Casa da Árvore, sempre acompanhada de crianças mais velhas.

Verônica é uma menina muito agitada e sedutora, não há quem não goste e se encante por ela. Por ser muito levada, a menina costuma se machucar e se envolver em conflitos nos plantões, se coloca constantemente em situações de risco.

Diante das confusões e da angústia que isso gerava na equipe, conversamos com ela sobre sua presença sem pelo menos um de seus pais. Falamos sobre como era importante a presença de um adulto cuidador para uma menina de apenas cinco anos. Pedimos a ela que, sempre que quisesse vir, chamasse seus pais para acompanhá-la.

No entanto, frequentemente, éramos seduzidos por ela e acabávamos deixando que entrasse com outra criança, algo que havíamos combinado que não aconteceria. Com isso, vimos que não resistir e deixá-la entrar desacompanhada fazia com que o trabalho de todos os dias se perdesse.

Em um plantão de sexta-feira, Verônica chegou acompanhada de várias crianças, todas entre seis e oito anos. Tivemos que deixar todas entrarem, menos Verônica que ficou inconsolável do lado de fora vendo todos seus amigos, inclusive seu irmão de sete anos, entrar. Apenas ela e seu cachorro vira-lata ficaram do lado de fora. Ficamos um bom tempo conversando através da porta, sobre a importância dela vir acompanhada de um de seus pais. Depois de longas conversas e muitas tentativas de entrar na Casa, Verônica foi embora.

Algum tempo depois, a menina volta para a porta da Casa da Árvore, desta vez, com um sanduíche de queijo nas mãos. Uma das psicólogas deixa o que está fazendo e vai conversar com ela. Neste momento, ao notar que está comendo o pão com queijo, lhe pergunta se tem alguém em sua casa, se já almoçou e quem foi que fez o sanduíche para ela. Verônica responde que não tem ninguém em casa, seus pais estão trabalhando e que ela mesma havia feito seu sanduíche, não tinha almoço pronto para eles.

Percebemos, então, que ficar sozinha em casa ou na rua fazia parte do dia-a-dia dessa menina. Quando seus pais saem para trabalhar, Verônica e seu irmão ficam desacompanhados em casa ou passeando e brincando pela comunidade. No entanto, quando ela ia até a Casa da Árvore, dizíamos que era muito pequena para ficar sozinha ou acompanhada apenas de outra criança.

A psicóloga decide, então, dizer isso a ela, diz que entendia como devia ser difícil para ela compreender que era grande o suficiente para ficar sozinha em casa e preparar sua própria comida e pequena demais para estar na Casa da Árvore, um lugar reservado para crianças brincarem.

Mesmo compreendendo a necessidade de seus pais em deixá-la sozinha, não deixamos que entrasse, pois era importante que fosse reconhecida como uma criança de apenas cinco anos e que necessitava de cuidados externos. Não deixá-la entrar era também uma forma de não compactuar com o que acontecia em sua casa, acelerando o momento de sua entrada na Casa da Árvore.

É possível observar que todos estes casos abarcam diversas dimensões do que estamos tratando como maturidade precoce. Tais situações apontam para as responsabilidades e preocupações, para o “aprisionamento” no mundo adulto, a ambivalência e as questões subjetivas presentes no amadurecimento precoce.

Deparamo-nos com crianças que refletem sobre seu lugar no presente e no futuro. Não há espaço para a irresponsabilidade, característica da infância, no tempo presente. Vimos crianças ocupando o lugar de cuidador, de quem exerce a função de proteção, do adulto que acalma e que não pode sentir medo. Foi-nos apresentado também o desamparo, a dor e o sofrimento de ter que ocupar o lugar de quem cuida, se responsabilizar pela falha e lidar com a culpa que esta posição lhe impôs.

Por fim, nos encontramos com a ambivalência e o paradoxo existentes na criança que precisa exercer funções de adulto. Conciliar os desejos, as irresponsabilidades e inseguranças de criança e, ao mesmo tempo, ser “adulto”, cuidar de si e dos outros que estão ao seu redor é uma árdua tarefa. Dar sentido e compreender o lugar que se ocupa e, desta forma, as funções que lhe cabem é algo muito laborioso.

## 5. Considerações finais

O que deu início a toda essa pesquisa foi constatar que, apesar do ambiente excessivamente violento, das histórias que parecem estar sendo contadas por adultos e de toda a imagem que existe em relação à população das favelas, nos deparamos na Casa da Árvore com crianças criativas, que brincam, que são capazes de simbolizar e que, acima de tudo, possuem uma estruturação psíquica. A partir disto, investigamos o que possibilita essa estruturação, o que dá sustentação a essa infância.

Neste estudo foram trabalhadas as consequências do potencial traumático da realidade violenta de duas favelas do Rio de Janeiro, Turano e Chapéu Mangueira, sobre o psiquismo dos sujeitos que ali vivem. Com este objetivo, investigamos a noção de trauma e abordamos a diferença entre o potencial estruturante e desestruturante pensando no êxito traumático como desdobramento da impossibilidade de elaboração e simbolização da situação vivida.

Apontamos, recorrendo a Ferenczi e Winnicott, em nossa pesquisa que é traumática qualquer relação que invada, exceda e mobilize o psiquismo do sujeito. No entanto, este excesso e mobilização encontram-se em todas as relações, incluindo a relação mãe-bebê que também possui seu potencial traumático. Há algo de fundamental no trauma, dentro de um limite, a traumatização é importante para que haja uma constituição psíquica saudável, para que o sujeito seja impulsionado em direção à vida. O trauma em seu potencial estruturante serve de motor ao psiquismo do sujeito fazendo com que ele se desenvolva.

‘A ênfase dada aos aspectos anti-traumáticos da função materna, que favorecem a ligação, não significa ignorar o potencial disruptivo e traumático da relação com a mãe em dois diferentes níveis. O primeiro é o aspecto traumático que contribui para a estruturação psíquica do bebê e o segundo é a dimensão **des**-estruturante do traumatismo materno. A relação com a mãe é sempre, embora em diferentes níveis, fonte de trauma, invasão, intromissão e efração, sendo necessário diferenciar aspectos estruturantes e **des**-estruturantes do trauma. Isso conduz à reflexão de que, se, por um lado, é preciso evitar aspectos intensamente **des**-estruturantes do trauma, por outro, certo nível de traumatização é preciso para que haja constituição psíquica saudável. A moderação dos efeitos traumatizantes da mãe, de forma a favorecer a constituição do psiquismo, deriva, ao final das contas, de um equilíbrio dinâmico entre os aspectos traumatizantes e as funções anti-traumáticas do objeto que examinamos neste trabalho.’

(Cintra, 2003, p. 53)

Apontamos nesta pesquisa que tanto Ferenczi quanto Winnicott, além de Balint, trabalham com a noção de trauma estruturante em suas teorias. Para os autores, o trauma possui seu aspecto “normal”, ele será essencial no processo de desenvolvimento do sujeito. O trauma estruturante se apresenta no encontro com o princípio de realidade, na inserção do sujeito no mundo. Estes pequenos traumas não ultrapassam o limite de suportabilidade do sujeito, não excedem a energia disponível para a proteção do psiquismo, são eventos que exigem do sujeito um esforço psíquico para se adequar ao seu novo estado, para se direcionar em favor da vida.

Diante do que trabalhamos em nosso primeiro capítulo sobre o trauma e suas consequências, acreditamos serem necessários alguns esclarecimentos; a noção de continuidade na obra de Winnicott pode nos colocar contrários à possibilidade de verificar o potencial estruturante no trauma. No entanto, como foi apontado durante a presente pesquisa, as falhas ambientais, se contidas dentro de um certo limite, ocorrem e são necessárias dentro dos cuidados de uma mãe suficientemente boa. São vivências importantes de serem vividas, geradoras de angústia, mas imprescindíveis para um desenvolvimento saudável.

‘Elas cabem dentro de uma concepção ampliada do conceito de trauma, pois comportam diferença e descontinuidade, mesmo que Winnicott insista (talvez em demasia) que isso deve ocorrer sobre um fundo de continuidade de modo a que esta não fique estilhaçada. Por outro lado, sem a experiência de diferença, de separação e perda, que por sinal, não se devem apenas aos movimentos maternos, mas também decorrem das próprias movimentações do bebê, sem essa experiência que, contrariando Winnicott, colocamos no campo do erotismo e da pulsionalidade, não haveria a rigor, vida.’

(Figueiredo, 2003, p.178)

Recorrendo novamente as contribuições de Luís Cláudio Figueiredo (2009), podemos apontar a “intersubjetividade traumática” como um exemplo do que abordamos durante nossa pesquisa sobre as relações que são traumáticas e estruturantes do psiquismo. De acordo com o autor, a “intersubjetividade traumática” estaria ligada às funções de romper, separar e desligar, mas, por outro lado, está associada à função de despertar, interpelar e inspirar. As subjetividades se constituem na diferença, naquilo que o outro desperta no sujeito, é a diferença radical que constitui o encontro como traumático. “O outro me precede como

apelo e interpelação e me excede” (p.120). A “intersubjetividade traumática” possui a função de instituir subjetividades, neste sentido nos colocamos em oposição às noções de que a subjetividade se constitui apenas no acolhimento e no suporte.

A psicanalista Françoise Dolto também nos forneceu algumas contribuições para pensarmos sobre o trauma estruturante. Em seu texto *Sofrer para viver*, publicado no livro *Solidão* (1995), a autora aponta que o sofrimento gerado pelas separações primeiras, como o nascimento e o desmame, é o que constitui a individuação do corpo da criança que, desta forma, se reconhecerá como criatura única e separada. De acordo com Dolto, o isolamento e a separabilidade do corpo revelam o indivíduo humano, estimulam a criança a sobreviver fisicamente. Para a autora, é na ausência de um auxiliar, cuidador, na distância do corpo-a-corpo que a criança criará para si meios sutis, como a linguagem, para comunicar seus desejos e necessidades. Indo além, Dolto coloca que é a solidão sentida pelo bebê que estimulará sua memória e função simbólica a exercitar-se e a criar substitutos de presença tutelar, imaginar sua presença e a suportar sua ausência. A partir disto, verificamos que para a psicanalista a solidão e o sofrimento pela ausência e a separação do outro são estimuladoras de atividade motora e psíquica.

Ainda tratando da noção do trauma e suas consequências, de acordo com Figueiredo (2003), é traumático tudo aquilo que emerge de uma realidade, o que “pega o ego de calças curtas e deixa o self exposto a invasões” (p.179). Como dissemos em nosso primeiro capítulo, quando trazemos a idéia de realidade, estamos nos referindo a uma realidade tanto externa quanto interna. A realidade interna se refere às pulsões, afetos e fantasias, ela é traumática quando as intensidades pulsionais e as fantasias ultrapassam ou excedem o limite ao qual nos referimos.

O que definirá se o traumático será estruturante ou desestruturante serão os destinos deste trauma, eles podem vir a ser “vitalizantes ou devastadores”. Isto dependerá da intensidade do evento e da capacidade narcísica e egóica do indivíduo de lidar com a mesma. Por outro lado, como bem colocamos em nossa investigação, o que também definirá o destino do evento traumático é o ambiente e “seu modo de estar presente”.



‘... qualquer que seja a fonte e a magnitude absoluta ou relativa do choque traumático, ou seja, da experiência com a diferença, os destinos serão decididos na posteridade: quando o ambiente ou alguma parte sua estiver disponível na hora e no modo certos para propiciar uma regressão bem-sucedida, o trauma poderá vir a ser ‘vitalizante’ e permitirá ao sujeito não só uma restauração como o seu relançamento para o futuro com energia, recursos e... esperança redobrados. Constitui-se aí, nesse território da hospitalidade, o que poderia ser chamado de ‘pulsão de vida’.’

(Figueiredo, 2003, p. 181)

Neste sentido, foi possível averiguar em nosso estudo que para a elaboração do trauma é fundamental a presença de um outro que testemunhe. Tratamos no segundo capítulo dos arranjos afetivos e sociais existentes nas comunidades e sua função acolhedora e de contenção, função que denominamos, recorrendo ao artigo de Elisa Maria de Ulhôa Cintra, de anti-traumática. Apontamos para a idéia de que os laços sociais seriam capazes de fornecer um ambiente onde é possível fazer sentido e onde o potencial traumático é amenizado.

Utilizamos a noção do “sentir dentro” de Ferenczi (1931) para tratar destas relações observadas nas comunidades. Notamos que existem identificações e demandas comuns, o potencial traumático do ambiente atinge a todos, o que favorece a empatia, o sentir e viver o sofrimento do outro. Neste sentido, recorrendo a Daniel Kupermann (2009), abordamos a afetação mútua como propiciador de um lugar de acolhimento e segurança. A empatia permite que o lugar de cuidador seja ocupado, fortalecendo os laços sociais.

Ainda recorrendo a noção de “sentir dentro” e de um desamparo que atinge toda a comunidade, abordamos a presença do outro e seu testemunho como fundamental na elaboração e amenização do traumático. Para que não haja o desmentido, fator considerado por Ferenczi (1933) como responsável pelo êxito traumático, é necessária a presença de um outro que dê validade ao evento. Neste sentido, apontamos para a comunidade como este outro que testemunha e propicia o fazer sentido da situação traumática. Como foi colocado, acreditamos que a hospitalidade da comunidade se apresente na contramão da hostilidade do ambiente.

Sendo assim, foi possível notar, através dos casos relatados, o potencial estruturante existente na comunidade e nas relações ali construídas. As relações

afetivas dentro das comunidades são o que torna possível que o efeito traumático da violência das favelas seja amenizado quanto ao seu potencial desestruturante. Sua função anti-traumática favorece um retorno, uma regressão, à dependência para elaboração do traumático. A comunidade como um agente cuidador fornece a sustentação e o holding necessários para moderar o sofrimento e possibilitar o continuar a ser do sujeito. Desta forma, pode-se constatar que acreditamos que existam substitutos externos e/ou internos que podem auxiliar o sujeito a dar continuidade a sua existência.

Em nossa pesquisa, notamos e trouxemos também a ideia de que uma vida permeada por violência e medo possui suas consequências. Como dissemos, no dia-a-dia da Casa da Árvore, nos deparamos com crianças que precisam se desenvolver precocemente, amadurecer antes do necessário, para poder sobreviver às adversidades do ambiente em que estão inseridas. A partir disto, trabalhamos com a noção de maturidade precoce, estrutura desenvolvida pelo sujeito com o objetivo de dar conta do excesso vivido. Trabalhamos com esta noção como uma estratégia de subjetivação desenvolvida a partir da busca por uma sobrevivência e integração psíquica. Neste sentido, tratamos a mesma como um recurso que impulsiona o sujeito em direção à vida.

No entanto, não podemos confundir a maturidade precoce com a vitalidade, teorizada por Figueiredo, que apontamos anteriormente, a vitalização é um destino do trauma estruturante e não podemos afirmar que o amadurecimento precoce seja um efeito deste tipo de trauma. Tratamos da questão da maturidade precoce como consequência de um trauma desestruturante, uma estrutura desenvolvida em decorrência do excesso vivido.

Como vimos no terceiro capítulo, Ferenczi aborda o amadurecimento precoce como fruto do êxito traumático, fazendo parte da personalidade progressiva, uma progressão traumática em que o sujeito desenvolve um supereu não-assimilado, lugar intrapsíquico ocupado por transplantes estranhos. Da mesma forma, Winnicott teorizou sobre a intelectualização como uma alternativa encontrada pelo sujeito de se proteger do mundo externo, uma especialização do intelecto que se ocupa em preservar a psique de novas ameaças à continuidade do ser.

Por outro lado, neste mesmo capítulo, quando tratamos do amadurecimento precoce das crianças com as quais trabalhamos na Casa da Árvore, não nos aprofundamos na distinção da maturidade precoce enquanto uma estrutura saudável ou patológica. Como dissemos, apontamos a maturidade precoce como uma estratégia utilizada pelos sujeitos na tentativa de lidar com a desorganização psíquica e social buscando a integração e alguma possibilidade de existência. Apesar disto, acreditamos na importância de se desenvolver um pouco mais esta discussão para uma compreensão correta do que foi apontado neste estudo.

Em *O conceito de indivíduo saudável* (1967), Winnicott busca conceituar e esclarecer as noções de saúde e doença. O psicanalista aponta que, se tratando de desenvolvimento, a saúde significa uma maturidade relativa à idade do indivíduo e enfatiza que é “saudável ter seis anos aos seis anos de idade e dez aos dez”. Para o autor, como foi trabalhado em nosso estudo, a saúde e um desenvolvimento saudável são garantidos por uma boa condução do ambiente que circunda este sujeito. Havendo um ambiente satisfatório, as tendências individuais podem se desenvolver de forma saudável.

De acordo com Winnicott, não é possível pensar em saúde como ausência de doença, é preciso que se usem critérios menos rígidos. Para ele, é necessário que se dê atenção à liberdade dentro da personalidade, a capacidade para se ter confiança, as questões de constância e confiabilidade objetal, a liberdade em relação à auto-ilusão e ainda a algo que tem mais a ver com a riqueza do que com a pobreza enquanto qualidade da realidade psíquica pessoal.

Levando em consideração, então, que saúde não é simplesmente ausência de doença, Winnicott faz questão de sublinhar que não se pode dizer que a palavra “saúde” é sinônimo da palavra “fácil”. Um indivíduo saudável possui novas tarefas ao alcançar um grau razoável de desenvolvimento, e como exemplo disto o autor aponta a relação existente com a sociedade, extensão da família. “Digamos que um homem e uma mulher saudáveis sejam capazes de alcançar uma certa identificação com a sociedade sem perder muito de seus impulsos individuais ou pessoais” (1967, p. 9). Uma vida saudável é rodeada por medos, conflitos, dúvidas e frustrações. Para o autor, o importante é que o sujeito se sinta vivendo sua própria vida, que tenha emergido da dependência para a autonomia e integração.

No entanto, Winnicott se preocupa com a abrangência da categoria “saudável” àqueles que “carregam a semente da doença e mesmo assim conseguem “vencer”, no sentido de alcançar, no final, um estado de saúde que não vem fácil ou naturalmente” (1967, p. 14). De acordo com o autor, existem duas classes de pessoas: as que jamais sofreram desapontamentos e que podem viver alegremente aproveitando a vida; e as que viveram experiências traumáticas e que carregam as lembranças do estado que estavam no momento do desastre. Esta segunda classe de pessoas é a que talvez esteja propensa a levar a vida de forma tensa e a adoecer. Sobre este grupo, o autor aponta que não é possível inseri-lo dentro da conotação que foi dada à saúde, uma vez que são desenvolvidas defesas rígidas, sendo esta rigidez uma garantia contra movimentos posteriores.

No entanto, há ainda um grupo intermediário categorizado pelo psicanalista como aquele que possui experiências de ansiedades impensáveis e que se utiliza de qualquer oportunidade para adoecer ou ter um colapso com o objetivo de se aproximar do que é terrível para ele. Este colapso poucas vezes é terapêutico, no entanto, é possível reconhecer um elemento positivo que por vezes pode levar à cura. Nestes casos, Winnicott reconhece que é possível incluí-los entre os saudáveis, há uma tendência para o desenvolvimento sadio, é possível que se agarrem a este movimento e se dirijam a favor do desenvolvimento, estes seriam os “saudáveis por bem ou por mal”.

Indo além, Winnicott não considera a fuga em direção à sanidade algo da ordem da saúde. Para ele, a saúde é tolerante com a doença e teria muito a ganhar estando em contato com a mesma, principalmente com a dependência. A partir desta colocação do autor, podemos lembrar o que apontamos em nossa pesquisa sobre o desenvolvimento de certas defesas como uma tentativa de manter o vínculo com o ambiente, com a ternura antes vivenciada (Ferenczi, 1933). Neste sentido, nos deparamos com o que Winnicott chama de falso self, uma organização inconsciente para lidar com o mundo, uma defesa contra o verdadeiro self traumatizado. O autor aponta esta noção como uma tentativa de não encontrar o verdadeiro self traumatizado para não correr o risco de ele ser ferido novamente, o que para Winnicott não é um componente da saúde. Ainda que possua um lado saudável e mantenha um vínculo “alegre” com a saúde, não é considerado pelo psicanalista como saúde.

Diante de tudo isso, verifica-se que o que apontamos como uma característica observada em algumas crianças que frequentam a Casa da Árvore, a maturidade precoce, deve dentro da obra winnicottiana ser vista como algo que talvez não faça parte da categoria “saúde”. No entanto, acreditamos que a maneira como concebemos o amadurecimento precoce dentro deste ambiente, uma busca por integração e vida, deve ser vista como algo positivo e criativo. O amadurecimento precoce dentro das comunidades que trabalhamos e diante da realidade existente é uma forma de dar sentido e contorno ao excesso. Podemos pensar que não possuir a capacidade de lidar com tal cenário, talvez seja mais danoso e prejudicial ao sujeito do que se desenvolver prematuramente, sem isso talvez nos deparássemos com uma desintegração devastadora. Acreditamos que esta estrutura, que relatamos e trabalhamos neste estudo, possibilite a vida e a continuidade destes seres.

Recorrendo a Ferenczi (1933), analisamos durante a pesquisa que a relação entre a infância e a comunidade é uma relação de confiança, relação que permite ao sujeito viver com mais prazer e conforto, em que é possível se colocar de forma criativa no mundo. A relação de confiança, o encontro de línguas entre a demanda infantil e o cuidado oferecido pela comunidade, fornece um ambiente onde o indivíduo pode se entregar ao outro e às relações sem medo das perdas e de frustrações, onde é possível se obter um processo de desenvolvimento mais tranqüilo e criativo. No entanto, notamos também que a instabilidade, o excesso que não corresponde à maturidade psíquica do sujeito, existente nas favelas faz com que, em alguns momentos, esta confiança seja rompida.

Constatamos que a comunidade, através da adaptação às necessidades dos sujeitos, favorece o desfrute da irresponsabilidade da infância, a possibilidade de brincar e simbolizar (Kupermann, 2009). Ainda que, com os efeitos do trauma, o amadurecimento precoce, observemos que esses impulsos positivos podem ser cerceados.

“... permite-se a tais pacientes desfrutar pela primeira vez a irresponsabilidade da infância, o que equivale a introduzir impulsos positivos de vida e razões para se continuar existindo”

(Ferenczi, 1929, p. 51)

De acordo com Figueiredo (2009), dois dos resultados de uma base na desconfiança são: a constituição de um superego rígido que emite constantemente sinais de angústia inibindo processos de prazer e excitação; e a constituição de um falso-self com características de falta de espontaneidade, contato emocional e sabotagem do prazer. Diante disto, acreditamos que novamente podemos fazer uma relação com a maturidade precoce que apresentamos em nosso estudo. O desamparo e a instabilidade decorrentes do contexto de violência fazem com que haja a perda da confiança que foi construída nos cuidados iniciais, o sujeito se encontra impossibilitado de confiar no mundo ao seu redor e desenvolve seus próprios recursos para lidar com o medo.

Sendo assim, a partir do que apontamos sobre o amadurecimento precoce ser uma consequência do trauma e do desamparo social, além de, um recurso utilizado pelo sujeito para dar conta do evento traumático e sobre a função anti-traumática da comunidade e das relações ali existentes, é necessário retomar algumas questões:

Sendo a maturidade precoce uma estruturação que busca e possibilita a vida, o potencial traumático existente dentro das comunidades pode ser considerado como algo que impulsiona o sujeito a seguir em frente? O desamparo vivido pode ser pensado como um trauma estruturante? Ou, como já apontamos, ele é desestruturante, e assim retratamos o amadurecimento precoce como uma estratégia de vida e uma tentativa de elaboração? A noção de maturidade precoce surge em contraponto com a continuidade do ser, o holding e a continência? Os pais, cuidados primários, e a comunidade são capazes de fornecer o holding necessário, de dar conta de uma vida inteira em um ambiente de violência social? São capazes de possibilitar a elaboração do excesso? Como solucionar o paradoxo função anti-traumática da comunidade e a maturidade precoce como marca de um trauma desestruturante?

Tentamos ao longo deste estudo responder tais perguntas, questões responsáveis pela elaboração desta pesquisa. Acreditamos que as relações de cuidado existentes dentro das comunidades são capazes de amenizar o potencial traumático do cenário de desamparo e que exercem uma função anti-traumática. No entanto, como já havíamos apontado durante a presente dissertação, o desamparo e o terror vivenciados são extremamente excessivos e devastadores, e

como consequência e a fim de dar conta desta realidade o sujeito lança mão de uma estratégia de subjetivação, amadurecendo precocemente. Como muito bem foi colocado por Pinheiro, houve neste momento a “sabedoria de progredir traumáticamente”.

“Não devemos ter ilusões: há, ao longo da vida, inúmeras ocasiões em que as ‘liquidações do trauma’ são parciais ou muitas outras em que precisam ser adiadas. Tudo isso abala, mas não destrói, a esperança como princípio, e as chamadas ‘pulsões de vida’ se conservam em condições de uma certa dominância.”

(Figueiredo, 2003, p. 182)

Nesta pesquisa, tentamos trabalhar com a idéia de que a comunidade e os cuidados primários conseguem dar conta de amenizar o efeito devastador do ambiente violento, mas que, ao mesmo tempo, por estarem inseridos e compartilharem esta realidade, possuem suas “mãos atadas” e estão impossibilitados de servirem de escudo protetor para suas crianças defendendo-os de todo o potencial traumático existente. Como foi abordado no terceiro capítulo, os pais e a comunidade como um todo são vítimas da mesma realidade vivida pelas crianças, podemos inclusive retomar aqui a noção de que isto corresponde a algo que é passado de geração em geração. O trauma que incide sobre estes pais não pôde ser elaborado chegando assim a atingir seus filhos.

‘A outra parte, a não liquidada, é, por seu turno, a que o levará adiante na transmissão a seus descendentes e às novas gerações de sua carga de questões não resolvidas. Mas esta parte leva, junto com as experiências traumáticas não liquidadas, um princípio de esperança eficaz como organizador da subjetividade e uma base para o funcionamento psíquico saudável. Nesse caso, os traumas não liquidados incorporam um ‘ainda’, ou seja, ainda-não-liquidados, mas fazendo um **apelo de suplência ao futuro.**’

(Figueiredo, 2003, p.184)

Ao mesmo tempo, a impossibilidade dos pais de exercerem os cuidados necessários de uma maneira mais eficiente, não significa que os cuidados e a contenção que puderam proporcionar não foram suficientes. Ao contrário, acreditamos que a sustentação fornecida impediu que algo de mais grave ocorresse. Indo mais além, trabalhamos neste estudo com a ideia de que assim como estes pais foram suficientemente cuidadosos a ponto de proteger seus filhos de consequências mais devastadoras, as crianças também desenvolvem formas e

recursos para dar conta do que não **pode** ser contido, sendo sabiamente protetores de si mesmos.



## 6. Referência Bibliográfica

ABRAM, J. (1996) **A linguagem de Winnicott**: dicionário das palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

AVELLO, J. J. (2006) **La isla de sueños de Sándor Ferenczi, nada más que pulsión de vida**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2006.

BALINT, M. (1968) **A falha básica**: aspectos terapêuticos da regressão. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

BOLLAS, C. (1987) O objeto transformacional. In: Bollas, (1992) **A sombra do objeto**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992, pp. 27-47.

CINTRA, E. M. (2003) As funções anti-traumáticas do objeto primário: Holding, Continência e Rêverie. In: **Trauma**. Tempo psicanalítico, v. 35 (2003), Rio de Janeiro: Sociedade Psicanalítica Iracy Doyle, pp.37-55.

DOLTO, F. (1995) **Solidão**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 75-413.

FERENCZI, S. (1909) Transferência e introjeção. In: Ferenczi, (1992) **Obras Completas Psicanálise I**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. pp. 77-108.

\_\_\_\_\_ (1913) O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios. In: Ferenczi, (1992) **Obras Completas Psicanálise II**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 39-53.

\_\_\_\_\_ (1926) O problema da afirmação do desprazer. In: Ferenczi, (1992) **Obras Completas Psicanálise III**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 393-404.

\_\_\_\_\_ ([1927] 1928) A adaptação da família à criança. In: Ferenczi, (1992) **Obras Completas Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp.1-14.

\_\_\_\_\_ (1929) A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In: Ferenczi, (1992) **Obras Completas Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp.47-52.

\_\_\_\_\_ (1931) Análise de crianças com adultos. In: Ferenczi, (1992) **Obras Completas Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 69-83.

\_\_\_\_\_ (1933) Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: Ferenczi, (1992) **Obras Completas Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp.97-108.

FIGUEIREDO, L.C. (2003). O paciente sem esperança e a recusa da utopia. In: **Elementos para a clínica contemporânea**. São Paulo: Escuta, 2003, pp. 159-189.

\_\_\_\_\_ ([2007] 2009) As diversas faces do cuidar: considerações sobre a clínica e a cultura. In: Maia, M. (Org.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, pp. 121-140.

\_\_\_\_\_ (2009) **As diversas faces do cuidar**: novos ensaios de psicanálise contemporânea. São Paulo: Escuta, 2009, pp.71-130.

FREUD, S. (1893-95) Estudios sobre la histeria (Breuer y Freud). In: Freud, (2006) **Obras completas de Sigmund Freud** v. II. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

\_\_\_\_\_ (1920) Más allá del principio de placer. In: Freud, (2006) **Obras completas de Sigmund Freud** v. XVIII. Buenos Aires: Amorrortu, 2006, pp.1-62.

\_\_\_\_\_ (1926) Inhibición, síntoma y angustia. In: Freud, (2006) **Obras completas de Sigmund Freud** v. XX. Buenos Aires: Amorrortu, 2006, pp.71-164.

\_\_\_\_\_ (1939 [1934-38]) Moisés y la religión monoteísta. In: Freud, (2006) **Obras completas de Sigmund Freud** v. XXIII. Buenos Aires: Amorrortu, 2006, pp.1- 132.

GARCIA, C.; DAMOUS, I. (2008) A agressividade no contexto dos cuidados primários: a liberdade suficientemente boa. **Cadernos de Psicanálise** (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), v. 24, 2008, pp. 119-139.

GASPAR, F. L.; LORENZUTTI, P. S.; Cardoso, M. R.. Trauma e Representação: Estudo de um caso clínico. In: **Pulsional revista de psicanálise**, São Paulo: Escuta, ano XV, n. 163, novembro de 2002.

GOLOMB, A. (2003) Terror na infância. In: VARNIN, Sverre e VOLKAN, Vamik D. (Orgs.). **Violência ou diálogo?**. São Paulo: Perspectiva, 2008, pp. 187-197.

GREEN, A. (1997) A intuição do trabalho do negativo em O brincar e a realidade. In: Green, (2000) **André Green e a Fundação Squiggle**. Ed. ROCA, 2000, pp.69-86.

KUPERMANN, D. (2009) Figuras de cuidado na contemporaneidade: testemunho, hospitalidade e empatia. In: Maia, M. (Org.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, pp. 185-204.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.- B. (1987) **Vocabulário de Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MAIA, M. S. (2003) **Extremos da alma**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

OGDEN, T. H. (2005) Sobre sustentar e conter, ser e sonhar. In: Ogden (2010), **Esta arte da psicanálise: sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos**. Porto Alegre: Artmed, 2010, pp.121-138.

PADRÃO, C. B.; MAYERHOFFER, E. L.; SILVA, P. M.; CARDOSO, M. R. (2006) Trauma e violência pulsional: a adolescência como situação limite. In: CARDOSO, M, R (org.) **Adolescentes**. São Paulo: Escuta, pp. 135-146.

PINHEIRO, T. (1995) **Ferenczi: do grito à palavra**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 1995.

PLASTINO, C. A. (2009). A dimensão constitutiva do cuidar. In: Maia, M. (Org.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, pp.53-87.

PLATTEK, I. (2008) Violência e desigualdade social dentro da Casa da Árvore. In: Milman, Lulli e Bezerra, Benilton (Orgs). **A Casa da Árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, pp. 119-144.

SOUZA, O. (2003) Trauma, defesa e criatividade. In: **Trauma**. Tempo psicanalítico, v. 35 (2003), Rio de Janeiro: Sociedade Psicanalítica Iracy Doyle, pp.115-135.

WINNICOTT, D.W. (1939) Agressão e suas raízes. In: Winnicott, (1984) **Privação e Delinqüência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 93-102.

\_\_\_\_\_ (1949a) Memórias do nascimento, trauma do nascimento e ansiedade. In: Winnicott, (1958) **Da pediatria a psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, pp. 254-276.

\_\_\_\_\_ (1949b) A mente e sua relação com o psicossoma. In: Winnicott, (1958) **Da pediatria a psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, pp. 332-346.

\_\_\_\_\_ (1950-55) A Agressividade em Relação ao Desenvolvimento Emocional. In: Winnicott, (1958) **Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, pp.288-304.

\_\_\_\_\_ (1951) Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais. In: Winnicott, (1971) **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1975, p.13-44.

\_\_\_\_\_ (1956) A tendência anti-social. In: Winnicott, (1958) **Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p.406-416.

\_\_\_\_\_ (1958) A Capacidade de Estar Só. In: Winnicott, (1979) **O Ambiente e os Processos de Maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, pp.31-37.

\_\_\_\_\_ (1960a) Agressão, Culpa e Reparação. In: Winnicott, (1984) **Privação e Delinqüência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp.153-162.

\_\_\_\_\_ (1960b) Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self. In: Winnicott, (1979) **O Ambiente e os Processos de Maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, pp.128-139.

\_\_\_\_\_ (1960c) Segurança. In: Winnicott, (1965) **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins fontes, 2005, pp. 43-48.

\_\_\_\_\_ (1963) O desenvolvimento da capacidade de envolvimento. In: Winnicott, (1984) **Privação e Delinqüência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 111-118.

\_\_\_\_\_ (1964) Raízes da Agressão. In: Winnicott, (1984) **Privação e Delinqüência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 102-110.

\_\_\_\_\_ (1965) O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família. In: Winnicott, C. (org.), (1989) **Explorações psicanalíticas: D.W. Winnicott**. Porto Alegre: Artmed, 1994, pp.102-115.

\_\_\_\_\_ (1967) O conceito de indivíduo saudável. In: Winnicott, (1986) **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 3-22.

\_\_\_\_\_ (1969) O Uso de um Objeto e Relacionamento através de Identificações. In: Winnicott, (1971) **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1975, pp.121-131.